



Oliveira do Bairro assembleia municipal

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE
DOIS MIL E VINTE.-----**

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte, no Salão Nobre da Câmara Municipal, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1 - INÍCIO DOS TRABALHOS**-----

----- **2 - EXPEDIENTE**-----

----- **3 - INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**-----

----- **4 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **5 - ORDEM DO DIA**-----

----- **5.1 – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;**-----

----- **5.2 – Apreciação e Votação do Voto de Pesar pelo Falecimento do Professor Dr. Milton Costa;**-----

----- **5.3 – Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação ao Executivo Municipal para a Elaboração do Código de Ética e Conduta;**-----

----- **5.4 - Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, nos termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação;**-----

----- **5.5 - Análise e Votação do Projeto de Regulamento Municipal de atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do ensino superior do concelho de Oliveira do Bairro – Redação Final;**-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **5.6 - Análise e Votação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Oliveira do Bairro;** -----

----- **5.7 - Apreciação dos Relatórios Anuais dos Conselhos e Comissões do Município, referentes ao ano de 2019;** -----

----- **5.7.1 - Comissão Municipal de Proteção Civil;** -----

----- **5.7.2 - Conselho Municipal de Educação;** -----

----- **5.7.3 - Conselho Municipal de Segurança;** -----

----- **5.7.4 - Comissão Municipal da Defesa da Floresta;** -----

----- **5.7.5 - Conselho Cinegético Municipal;** -----

----- **5.7.6 - Conselho Municipal da Juventude;** -----

----- **5.7.7 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.** -----

----- Os trabalhos foram presididos por **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** e secretariados por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** e **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO**.

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos. -----

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO, DE OLIVEIRA MARTINS** – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Informou que se iria dar início aos Trabalhos da presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, por si convocada, nos termos do número um do artigo 27.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro conjugado com o número um do artigo 22.º do Regimento da Assembleia Municipal, a ser realizada no salão



Oliveira do Bairro assembleia municipal

nobre dos Paços do Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- No que respeita ao ponto **1 – INÍCIO DOS TRABALHOS** o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu o uso da palavra à 1.^a Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que fossem verificadas as presenças dos Membros da Assembleia Municipal.-----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros Arsélio Manuel de Oliveira Domingues Canas, Regina Maria da Silva Bicho Alves, Miguel da Silva Oliveira, Acílio Dias Vaz e Gala, Patrícia Sofia de Louro Lemos e Cidalina Vieira Samagaio Matos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que os Membros acima identificados comunicaram por escrito a ausência e solicitaram a justificação da falta à presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo as mesmas sido consideradas justificadas e a sua substituição feita pelos elementos seguintes da respetiva Lista, que se encontravam presentes, sendo convidados a participar nos Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal respetivamente, Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo, Gonçalo Roque, Marcos Gala, Paulo Miguel Almeida Rato Neves Barata, João Manuel Oliveira Bastos e Marco Alves.-----

----- No que respeita ao ponto **2 – EXPEDIENTE**, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou terem sido recebidos vários convites e diversa correspondência de diferentes entidades, instituições e associações do Concelho, passando a dar nota dos mesmos de forma sucinta.- -----

----- Afirmou que toda a correspondência, se encontrava arquivada e disponível para consulta dos Membros da Assembleia que assim o desejassem. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou os presentes, que no momento que se seguia e no sentido de dar continuidade à iniciativa, aprovada em Comissão Permanente, de convidar uma associação do concelho a estar presente de forma a dar-se a conhecer, dando assim oportunidade ao maior número possível de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

associações do concelho, darem a saber a sua história, as suas atividades a quem se destinam e as suas preocupações.-----

----- Informou que a associação convidada a estar presente foi o Agrupamento de Escuteiros 480 S. Bartolomeu do Troviscal, representado pelo Chefe do Agrupamento Henrique Carriço que prontamente aceitou o convite, dando-lhe de seguida o uso da palavra.-----

----- Chefe do Agrupamento de Escuteiros 480 S. Bartolomeu do Troviscal **HENRIQUE CARRIÇO** - dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por agradecer o convite que foi feito ao Agrupamento, dando assim a oportunidade de darem a conhecer um pouco da dinâmica do mesmo.

----- Entregou a intervenção por escrito a qual se transcreve, tendo em simultâneo passado imagens das várias atividades do Agrupamento ao longo dos anos;-----

----- *“Após dois anos de preparação, realizaram-se no dia 31 de Julho de 1977 as primeiras Promessas no Troviscal, com a Investidura do Chefe Francisco Dias e da Chefe Teresa Grangeia, ambos ainda no ativo o que é um grande orgulho para o Agrupamento, alguns Lobitos e Juniores.*

----- *Desde essa altura, até aos dias de hoje, muitos têm sido os jovens e adultos que têm feito a história deste Agrupamento.*-----

----- *O Agrupamento 480 de São Bartolomeu do Troviscal foi filiado em 31 de Julho de 1977, pela Ordem de Serviço Nacional n.º 361, com a seguinte Direção:-----*

----- *Chefe de Agrupamento - Mário Pinhal;-----*

----- *Assistente de Agrupamento - Padre Orlando Santos;-----*

----- *Secretário de Agrupamento - José Vieira Neves;-----*

----- *Tesoureiro de Agrupamento - Raul Grangeia;-----*

----- *Chefe do Grupo Explorador n.º 13, S. Bartolomeu - Francisco Manuel Serrenho Dias. -*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Em 01 de Dezembro de 1979 foi filiada a Alcateia n.º 10, S. Luiz Gonzaga, cuja Chefe era na altura, Maria Teresa Martins Grangeia, ainda no efetivo.* -----

----- *1984 Promessas dos dirigentes Henrique Carriço e Cristina Carriço.* -----

----- *Em 30 de Outubro de 1985 foi filiado o Grupo Sénior n.º 7. S. Tomé, pela Ordem de Serviço Nacional n.º 407 cujo Chefe responsável era Henrique Manuel Oliveira Carriço.* -----

----- *1º S. Jorge Organizado em 1992 pelo agrupamento 480 do Troviscal na comemoração dos 15 anos.* -----

----- *A Filiação do Clã n.º 15, S. Judas Tadeu, teve lugar em 30 de Maio de 1992, pela Ordem de Serviço Nacional n.º 439 e era chefiado por Francisco Dias.* -----

----- *Assinatura do protocolo com o presidente da Câmara Dr. Acílio Gala, Chefe de Agrupamento Henrique Carriço com a presença do Chefe Regional Norberto Correia e o Presidente da Junta de Freguesia do Troviscal Adelino.* -----

----- *Tendo estado sediado em vários locais da freguesia (Casa particular na rua nova, Igreja, antigos correios, casa do povo, etc.) em 1997 foi lançada a 1º pedra com a presença do Presidente da Câmara Dr. Acílio Gala e a bênção pelo assistente do agrupamento Padre Manuel Simões e pelo chefe de agrupamento Henrique Manuel Oliveira Carriço.* -----

----- *Fase inicial da construção da sede do agrupamento com projeto elaborado pelos técnicos da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.* -----

----- *A sede que viria a ser inaugurada a 22 de Abril de 2007, nas comemorações do seu 30º Aniversário. As cerimónias foram presididas por D. Ximenes Belo, Bispo de Díli, pelo presidente da Câmara sr. Mário João e estiveram presentes os escuteiros dos 39 Agrupamentos participantes na festa do S. Jorge, que reuniu no Troviscal, pela segunda vez, cerca de 2000 escuteiros de toda a Região de Aveiro.* -----

----- *D. Ximenes Belo Bispo de Díli na inauguração da sede do Agrupamento.* -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- São Jorge organizado pelo agrupamento 480 do Troviscal. Um novo recorde 1850
escuteiros. -----

----- A 10 de Agosto de 2004, o Agrupamento 480 do Troviscal foi agraciado com a “Medalha
Municipal de Mérito, Educação e Desenvolvimento Integrado dos jovens, grau Ouro, pelo seu
contributo na formação dos jovens transmitindo-lhes uma visão global da vida, nas suas diversas
formas de vivência, dentro dos melhores valores de cidadania, todos os anos realiza as suas
promessas, criando nos jovens uma responsabilidade no compromisso efetuado.”-----

----- Ao longo dos seus quarenta e um anos de existência, o Agrupamento 480 tem
fomentado e participado nas mais diversas atividades a nível local, regional, nacional e
internacional: -----

----- O agrupamento tem sempre como objetivo contribuir para a formação de cidadãos
capazes de tomarem uma posição construtiva na sociedade, aptos a participarem na constante
transformação do mundo à luz do Evangelho, segundo a doutrina católica.-----

----- Visita ao agrupamento 480 do Bispo de Aveiro D. António Francisco. -----

----- Acampamentos Internacionais – MEACC – Monte S. Michel, Pirinéus, Picos da Europa,
CARI 2002- Escócia, Geminação com os escuteiros “Notre Dame de Grande Puissance” Scouts
et Guides tendo a Deslocação a Lamballe, França (2015) criando laços de amizade com o Groupe
de Notre Dame de Grande Puissance de Lamballe Scouts Guides de France. Lamballe.-----

----- Um agrupamento sem um sonho é um agrupamento sem objetivos.-----

----- E eu sempre tive este sonho, conhecer os nossos irmãos escutas de Lamballe.-----

----- Nesta atividade, fomos realizar este sonho, criar laços, conhecer, dar vida à palavra
fraternidade escutista. -----

----- Fomos criar a verdadeira fraternidade em conquistas de amizade, vivências de
companheirismo, solidariedade e troca de experiências e conhecimentos escutistas e culturais.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *No fim, na viagem de regresso, houve tempo para sentir e guardar tudo num espaço no nosso coração, as emoções, as partilhas e recordações.*-----

----- *Mas quando formos todos mais velhos, recordarão, orgulhosos, o caminho que fizeram e as opções que escolheram.*-----

----- *Acampamentos Nacionais - Ílhavo, Sesimbra, Bagunte, Mira, Idanha-A-Nova; Açores.*

----- *Acampamentos Regionais - Aveiro, Coimbra, Tomar, Entroncamento, etc.*-----

----- *Jamborees no ar - desde 1985 a 1990.*-----

----- *Cursos de Formação a nível Regional e Inter-regional - CI, CIP, CAP, CAF, CDF, etc.-*

----- *Encontros Regionais - Dias das Secções, Dia do Dirigente, Dia de S. Jorge, etc.*-----

----- *Raids, Bivaques e Acampamentos de Agrupamento e de Secção – S. Jacinto, Ferreira do Zêzere, Tocha, Macieira de Alcôba, Areão, Vagueira e S. Jacinto ...*-----

----- *Feiras Regionais, Viva as Associações, Expo-Bairrada e Atividades de nível Religioso, Social e Cultural – Procissões festa do Santo e Patrono do Agrupamento S. Bartolomeu do Troviscal.*-----

----- *Dia do Doente, Dia da Paróquia, Janeiras, Santos Populares, Festa da Fava, aniversário dos 40 anos do agrupamento etc.*-----

----- *A 10 de Julho de 2017 foi atribuída a Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro ao Agrupamento 480 pelo seu percurso imparável e pelo cumprimento dos seus objetivos, com inigualável determinação, contribuindo de forma honrosa para o bom nome do Município de Oliveira do Bairro.*-----

----- *O agrupamento apadrinhou e contribui-o na formação os novos dirigentes para o Agrupamento da cidade de Oliveira do Bairro.*-----

----- *Ao longo dos seus quarenta e três anos de existência, o Agrupamento 480 tem fomentado e participado nas mais diversas atividades a nível local, regional, nacional e*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

internacional:-----

----- O agrupamento tem sempre como objetivo contribuir para a formação de cidadãos capazes de tomarem uma posição mais construtiva na sociedade, aptos a participarem na constante transformação do mundo à luz do Evangelho, segundo a doutrina católica.-----

----- O objetivo mais importante dos dirigentes no 480 é tentar e conseguir pôr um pouco de felicidade na vida dos outros.-----

----- O objetivo de todos os escuteiros é esforçarem-se por deixar este mundo um pouco melhor do que o encontraram.”-----

----- Dirigiu uma palavra de agradecimento aos dirigentes do Agrupamento 480 S. Bartolomeu do Troviscal.-----

*----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** agradeceu ao Chefe Henrique Carriço e a todos os dirigentes presentes na Assembleia Municipal, pelo trabalho que têm realizado em prol dos jovens do Concelho.-----*

*----- De imediato deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitado ao Secretário da Mesa que procedesse à leitura da nota introdutória do presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----*

*----- Secretário da Mesa **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO** – teceu a seguinte intervenção:-----*

----- “... A mesa entendeu que sempre que esteja presente público nas Assembleias Municipais, dever-se-á prestar o seguinte esclarecimento:-----

----- Nos termos regimentais (artigo 34.º e 41.º do Regimento em vigor), o período de intervenção aberto ao público, será antecedido de prévia inscrição dos interessados, nele podendo intervir qualquer cidadão residente, natural ou com interesses na área geográfica do Município e com idade superior a 18 anos, podendo fazê-lo quer a título individual, quer em representação de organizações



Oliveira do Bairro assembleia municipal

coletivas com sede na referida área geográfica, quando credenciado para o efeito. Cada interveniente só poderá usar da palavra uma vez pelo período máximo de 5 minutos. -----

-----Ainda nos termos do artigo 41.º os esclarecimentos a solicitar pelo público serão sempre dirigidos à Mesa da Assembleia e nunca diretamente a qualquer membro da Assembleia Municipal e não poderão dizer respeito às matérias da Ordem do Dia. -----

-----A Mesa da Assembleia, se tiver possibilidade para tal, esclarecerá o interessado imediatamente ou posteriormente por ofício. -----

-----A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprová-las as opiniões emitidas.”-----

*-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS**- deu conhecimento da existência de duas inscrições por parte do público, solicitando que aquando das suas intervenções se identificassem, dando de seguida o uso da palavra aos mesmos;-----*

*-----**CARLOS ROCHA** residente na Mamarrosa – afirmou que desta vez não iria solicitar o campo sintético. -----*

----- Afirmou que a direção da associação tinha ficado triste, pelo facto de não ter estado ninguém presente do executivo no jantar da associação no mês de dezembro, ou pelo menos ter lá passado só para cumprimentar os presentes, tendo apenas estado presente o Secretário da Mesa da Assembleia Luís Carvalho, mas talvez como amigo e não em representação do cargo que ocupa. -----

----- Referiu que o Quartel das Artes, era uma casa orientada pela Câmara Municipal e com colaboradores a trabalhar só naquele espaço, e por isso lamentava os erros existentes nos folhetos que distribuíram por todo o Concelho, nomeadamente no que diz respeito à Banda Filarmónica da Mamarrosa. -----

----- Relativamente à cedência do autocarro do Município para Rocas do Vouga, agradeceu a cedência do mesmo, contudo questionou qual o motivo de não ter sido cedido o autocarro de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

sessenta e um lugares, conforme o solicitado, em vez do autocarro pequeno, porque se tinha chegado à conclusão que o autocarro grande, afinal até estava disponível para o serviço porque acabou por ser esse a fazer o serviço. -----

----- Deu nota que o Mamarrosa Futebol Club, tinha orientado com tempo as pessoas para o autocarro pequeno, tendo causado alguma confusão porque houve pessoas que questionaram, qual o motivo de não poderem ter ido, quando até tinha havido lugares vazios no autocarro. ----

----- No que diz respeito ao mail da Câmara Municipal dirigido ao Mamarrosa Futebol Club datado de 24 de janeiro, relativamente à utilização do campo e à divisão de despesas entre os dois clubes, em proporção da sua utilização. Recordou que ainda na presente época foram feitas várias promessas que não foram cumpridas até à data, tendo até sido retirados benefícios e ainda vinham pedir para colaborar no pagamento de uma fatura de mil euros.-----

----- Afirmou que tinha noção que o gasto feito, tinha sido para o bem dos dois clubes, mas era um gasto para melhorar as condições de utilização para os dois clubes e por aí se via a colaboração e o investimento no desporto do Concelho, questionando se a Câmara Municipal não tinha mil euros para pagamento da fatura. -----

----- Disse que gostaria de saber quantos anos de contrato de renda faltavam, do campo Dr. Santos Pato e qual seria a ideia do Executivo para os dois clubes de futebol.-----

----- Recordou que na Assembleia Municipal de dezembro, um Membro da Bancada do CDS tinha dito que deixassem o Executivo trabalhar, que tinha prioridades industriais e económicas, o que não era contra, mas o resto também fazia parte do desenvolvimento do Concelho.-----

----- **JOÃO SOUSA** residente no Troviscal – informou que iria dar nota de uma interpelação feita pelo PCP em Assembleia da República, no que diz respeito a questões ambientais do Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Disse que no final da sua leitura, gostaria que o Executivo esclarecesse a Comissão Concelhia do Concelho de Oliveira do Bairro do PCP, sobre a situação que iria proferir.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Deu nota que no passado dia 1 de fevereiro, após denúncia de diversos agricultores, uma delegação do PCP, tinha visitado propriedades da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, mais propriamente no lugar de Portouro de Cima onde foi constatada a existência de esgotos a céu aberto, devido à existência de caixas de saneamento em ruturas e a transbordar.-----

----- Informou que as águas que deviam ser tratadas, corriam pelo meio de um terreno, que para além da infiltração da água no mesmo, o subsolo acabava por drenar para o rio Levira, utilizado para o regadio de diversos campos, tendo já provocado prejuízos de milhares de euros a agricultores do Concelho.-----

----- Referiu que o rio Levira desaguava no rio Cértima, cujas águas convergiam na lagoa natural da Pateira de Fermentelos, acabando por desaguar na margem esquerda do rio Águeda, um dos principais afluentes do rio Vouga.-----

----- Disse que a SIMRIA, criada com o suposto objetivo de defender e valorizar a Ria da Aveiro, era também responsável pela construção, gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento da Ria de Aveiro, competindo-lhe assegurar o bom funcionamento, conservação e segurança de todos os bens afetos à concessão, bem como a substituição desses bens no Concelho de Oliveira do Bairro. Acrescentou que para a construção dos emissários do Cértima e do Levira a SIMRIA tinha contado com a comparticipação do fundo de coesão no valor de 5,3 milhões de euros.-----

----- Foi assim questionado o Governo, através do Ministério do Ambiente e Ação Climática se tinha conhecimento que corriam esgotos a céu aberto na União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa e por quanto tempo iria perdurar a situação referida e que medidas seriam tomadas para a resolução do problema.-----

----- Foi também questionado o Governo que medidas iria este tomar junto da SIMRIA, para compensar as perdas económicas geradas e que medidas tinha o Ministério do Ambiente e da



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Ação Climática tomado para monitorizar as águas que convergiam na Pateira de Fermentelos e na Bacia Hidrográfica do Vouga.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para esclarecer as questões apresentadas; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – dirigiu um cumprimento especial ao Agrupamento de Escuteiros 480 S. Bartolomeu do Troviscal, pelo trabalho que tem realizado em prol dos jovens do Concelho.-----

----- Disse que sempre estaria disponível para apoiar os Escuteiros do Concelho, pela prontidão dos mesmos, sempre com vontade de estarem presentes e de trabalharem. -----

----- Relativamente à intervenção do munícipe João Sousa, esclareceu que a SIMRIA, na sua denominação tinha sido substituída, em que atualmente eram duas entidades a ADRA e as Águas da Beira Litoral, tendo o Município duas parcerias, uma muito efetiva com a ADRA e outra com as Águas da Beira Litoral em que a participação seria mais ínfima.-----

----- Deu nota que o Município de Oliveira do Bairro atualmente estava ele todo, com a estação elevatória criada em Malhapãozinho com tratamento das suas águas residuais construídas, ou seja, toda a rede que estava construída tinha uma ligação e estava a ser tratada.

----- Informou que uma das vontades do Executivo era tratar o rio Levira e porque era importante efetuá-lo em parceria com o Município vizinho, foi feita uma visita ao rio de forma a avaliar o estado em que se encontrava e dessa visita foram detetadas várias situações que não estariam de forma mais correta. -----

----- Referiu que não era o Município que tratava das libertações para a zona de água, mas sim a ADRA e a APA e nesse sentido o Município procedeu à denúncia daquilo que tinham detetado menos correto. -----

----- Deu nota que no centro do Troviscal tinham sido detetadas situações análogas e que foram corrigidas e sempre que o Município deteta irregularidades procede à denúncia das



Oliveira do Bairro assembleia municipal

mesmas junto das entidades competentes.-----

----- No que diz respeito à intervenção do munícipe Carlos Rocha, esclareceu que a gestão dos autocarros é feita através de um planeamento e é feita mediante as necessidades das associações. Acrescentou que se se verificar, que um dos autocarros ficar sem serviço, é cedido o autocarro com mais capacidade de transporte. -----

----- Sobre a não presença do Executivo no jantar da associação, recordou que essa situação tinha sido previamente justificada ao próprio, devido ao facto de nessa mesma hora havia o jantar de natal com os funcionários do Município, não conseguindo estar presente em todo o lado. -----

----- Relativamente à questão dos erros nos folhetos do Quartel das Artes, disse que agradecia a chamada de atenção. -----

----- No que diz respeito ao contrato do campo de futebol, disse que de momento não tinha presente, estando disponível para receber o munícipe para esclarecer o assunto.-----

----- Quanto às despesas, disse que cada associação tem os seus contratos específicos e no caso específico tratou-se de manutenção de colocação de torneiras e o Município não podia estar a prestar esses serviços, tornando-se mais injusto perante as associações. Informou que através do apoio que o Município dava às associações, essas situações ficassem garantidas. --

----- Reiterou que estava disponível para receber no seu gabinete, os dois munícipes se assim o entendessem para qualquer esclarecimento adicional.-----

----- Deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **4 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** - solicitou aos Membros que pretendessem intervir neste assunto para que se inscrevessem, sendo-lhes seguidamente dado o uso da palavra;-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – deu nota que a sua intervenção tinha o título de “Por um modelo de desenvolvimento mais atrativo e resiliente” -----

----- Disse que nos últimos vinte e cinco anos se assistiu ao crescimento e desenvolvimento do Município, sustentado pela dinâmica do tecido industrial, empresarial, pela agricultura e pela dinâmica das associações e também pelo aproveitamento dos fundos comunitários, estando também associado a uma elevada procura de habitação de baixo custo por cidadãos de Municípios limítrofes.-----

----- Afirmou que mais recentemente se estava a assistir a uma desaceleração acentuada do desenvolvimento económico no Município, bem visível e fácil de explicar porque o tecido empresarial estava muito dependente da dinâmica do setor da construção e obras públicas que atualmente vivia melhores dias, fruto da alavancagem do turismo, um dos setores de atividade com maior crescimento, sendo Portugal um dos destinos turísticos mais visitados nos últimos anos.-----

----- Referiu que o setor agrícola do Município era pouco atrativo fruto da sua baixa rentabilidade, pela falta de dimensão e pela reduzida incorporação de tecnologia e conhecimento técnico especializado, um aspeto que merecia uma resposta mais afirmativa.-----

----- Disse que o emprego associado ao tecido empresarial e agrícola, correspondia na maioria a baixos salários, reduzida absorção de quadros qualificados, incentivando os mesmos a migrarem para outros Concelhos.-----

----- Afirmou que a economia local era quase inexistente, apenas aos centros mais urbanos do Concelho. O setor do turismo em termos estratégicos era quase ignorado pelo Município, sendo importante refletir e debater sobre qual o modelo de desenvolvimento que se pretende para Oliveira do Bairro e sobre essa matéria a política municipal foi e ainda é instrumento de gestão territorial que deve estar ao serviço do desenvolvimento económico.-----

----- Referiu que para o PSD era importante que fosse redefinido um modelo de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

desenvolvimento de forma a que seja capaz de redefinir prioridades. Afirmou que o PSD sabia quais as prioridades e as medidas para as concretizar, mas ficava o desafio.-----

----- Disse que era urgente incentivar a fixação de unidades produtivas de bens transacionáveis que incorporem serviços de valor acrescentado virados para o mercado global, estancar a fuga de quadros qualificados do Município, apostar em investimentos capazes de alavancar e atrair investimentos no setor do turismo, apostar na qualificação e reorganização do setor agrícola, estando o PSD convicto que esse era o caminho e se for tomado estava-se a retomar o setor do desenvolvimento sustentado, alavancando o Município com mais capacidade de atração de investimento crucial para a criação de emprego e dinamização da economia local.

----- Mais disse que se ambicionava uma economia mais diversificada, mais atrativa e mais resiliente e o presente Executivo tinha a obrigação de dar respostas e implementar medidas, porque tinha sido eleito para encontrar soluções e não para apresentar justificações, foram eleitos para agir e não para reagir.-----

----- **JOÃO MANUEL OLIVEIRA BASTOS** – disse que olhando para os Grupos Municipais, com acento na Assembleia Municipal, via a Bancada do CDS, do PSD e do Movimento UPOB, contudo não sabia distinguir se era do UPOB ou do PS, porque fazia parte da Bancada do UPOB o presidente eleito do PS.-----

----- Questionou o Membro da Assembleia Acácio Oliveira, se como Presidente do PS tinha a mesma opinião relativamente aos parquímetros na cidade de Oliveira do Bairro.-----

----- Deu nota de um referendo feito pela JSD, no dia vinte e dois de fevereiro, na sede do PSD em Oliveira do Bairro, em que a questão referendada era, e passou a citar “*Concordas com a disponibilização e a liberalização da venda de Canábis, para fins recreativos a maiores de idade ou superior a vinte e um anos*”, fim de citação. -----

----- Questionou a Bancada do PSD qual a opinião da mesma relativamente ao referendo, qual o fim do mesmo e qual tinha sido o resultado.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Questionou ainda se não haveria assunto mais importante a referendar do que a despenalização da venda da canábis e se isso iria resolver algum problema da sociedade. -----

----- **LILIA MARIA SANTOS TAVARES** – questionou para quando estava prevista a inauguração dos percursos pedonais e cicláveis, no âmbito da empreitada de requalificação e valorização da pateira de Fermentelos, nos Municípios de Aveiro e Oliveira do Bairro. -----

----- Recordou que o Presidente da Câmara em Assembleia Municipal anterior que o Município estaria em falta com o pagamento de cento e trinta e quatro mil euros, relativamente à participação na sociedade POLIS Litoral – Ria de Aveiro, e que após o pagamento a infraestrutura seria uma realidade no Concelho. -----

----- Afirmou que o Município já tinha pago, a empreitada tinha arrancado em março de 2019, com a colocação do estaleiro em obra, a data prevista para a conclusão da obra era agosto de 2019, mas a obra não existe. Referiu que talvez o PSD tivesse razão em não pagar adiantado.

----- Questionou o Presidente da Câmara quais os motivos pela não conclusão da obra. ----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – começou por dizer que iria fazer uma intervenção, para si, difícil e para a Bancada do PSD desagradável, mas necessária e obrigatória. -----

----- Entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve; -----

----- *“A Bancada do PSD nesta Assembleia tem dois valores dos quais não abdica. O Valor da coerência e o valor da credibilidade.-----*

----- *E é nome desses valores que que hoje me dirijo a Vossas Excelências. -----*

----- *Numa Sessão desta Assembleia, eu enquanto Líder de Bancada do PPD/PSD, deste mesmo local onde me hoje dirijo a todos os presentes afirmei que os detentores dos cargos públicos, sejam arguidos, ou acusados, seriam sempre inocentes até prova em contrário.-----*

----- *Afirmámos também que, em caso de condenação, o cidadão eleito local em causa*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

deveria suspender de imediato o mandato. -----

----- Afirmámos também que se, existisse uma eventual condenação, aqui estaríamos para, doesse a quem doesse, dizer o que teria que ser dito. -----

----- E é por isso que aqui estou hoje. -----

----- Como é do conhecimento público, um Vereador eleito nas listas do PSD nas últimas eleições autárquicas, foi acusado e condenado em Tribunal por um crime cometido no desempenho das funções executivas para as quais foi eleito. -----

----- No local próprio da estrutura do partido defendemos, enquanto Bancada, exatamente o mesmo que aqui defendemos já para todos os eleitos locais. Isto sem prejuízo do direito legítimo dos eleitos recorrerem da sentença e continuarem a lutar pela sua convicção de inocência até limite de recurso. -----

----- Na política só há uma forma de assumir responsabilidades e, em nome da ética e da credibilidade no desempenho de funções públicas, defendemos que o Senhor Vereador em causa deveria, de imediato ter suspenso o seu mandato. -----

----- Mais defendemos que, se tal não acontecesse, a pessoa em causa não poderia representar o Partido Social Democrata, nem, naturalmente, falar em nome dele. -----

----- Portanto e para que fique escrito, para que ninguém nesta Assembleia tenha dúvidas, a Bancada que aqui represento, não faz combate político com a vida das pessoas, defende apenas princípios e valores, e não o faz só quando eventualmente afeta os adversários...-----

----- Até porque todos queremos cumprir com lealdade e com coragem política os mandatos que, pelos Oliveirenses, nos foram confiados. -----

----- Assim foi e assim será, palavra de Líder Bancada.”-----

----- Disse que pretendia também fazer um esclarecimento uma vez que a Bancada do PSD já tinha sido interpelada por um Membro da Bancada do CDS, embora o assunto em questão não



Oliveira do Bairro assembleia municipal

seja da inteira responsabilidade da Bancada do PSD, contudo o PSD respeitava e aplaudia a discussão e o debate de ideias interno, seja de que tema for.-----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** - reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia João Bastos disse que das palavras deste as suas, questionando se não tinha mais nada para tratar.-----

----- Questionou o Presidente da Câmara se a antiga casa, conhecida por casa da D. Alexandrina, que se situa por trás da antiga Cerâmica Rocha, era ou não propriedade do Município e em caso negativo se era intenção do Município tomar posse da mesma por compra.

----- Questionou também se o Município tinha por objetivo adquirir a extensão de terrenos desde a antiga Cerâmica Rocha até à Câmara Municipal. -----

----- Afirmou que a referida casa, tinha um passado histórico de grande relevo no Concelho, tendo sido desenvolvida a primeira grande indústria do Concelho. Quanto ao terreno recordou que tinha sido elaborado, pela associação Mentis Convergentes em parceria com o Município e a faculdade de arquitetura, um projeto relativo ao percurso mais rápido e mais seguro entre a estação de caminhos de ferro e a cidade, aproximando assim a estação da cidade. -----

----- Questionou que passos já tinham sido dados, para avançar faseadamente sobre as ideias que estavam expostas na maquete exibida na entrada do Edifício da Câmara, que resultou da parceria acima descrita.-----

----- Relativamente ao parque de estacionamento do Largo do Cruzeiro em Oiã, questionou qual era o destino que estava previsto para o mesmo e se o mesmo não poderia ser dispensado aos comerciantes que pretendessem e que têm os seus comércios nas imediações do Largo do Cruzeiro.-----

----- Solicitou que fosse dado nota de como estava a decorrer todo o processo da ligação pedonal que ia do Largo do Cruzeiro à Sede da Junta de Freguesia de Oiã, bem como a implementação de espaços verdes, de entretenimento e lazer até à Praça do Cruzeiro.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Questionou o que se estava a passar com o polo Escolar Oiã Nascente, relativamente à falta de pessoal, tendo sido solicitada a presença do Executivo numa reunião, mas pela informação que tinha, o Executivo não compareceu para dar os devidos esclarecimentos.-----

----- **ANTÓNIO PEDRO DA SILVA CAMPOS** - parabenizou o Líder de Bancada do PSD pela coerência demonstrada nas palavras proferidas, valor que também defendia há vários anos.

----- Deu nota que várias vezes era abordado por munícipes, relativamente à questão das obras no campo da Associação Desportiva de Oiã, mais concretamente a iluminação do mesmo e do respetivo espaço circundante. -----

----- Disse que das várias interpelações feitas, os munícipes condenavam a Câmara Municipal pelo facto de as referidas obras fazerem lembrar a Catedral de Barcelona, ou seja que nunca mais acabavam. -----

----- Quanto à obra de melhoria da iluminação do espaço circundante da Associação Desportiva de Oiã, questionou porque é que ainda não se tinha feito luz sobre o assunto. -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – dirigindo-se ao Membro João Bastos disse que não estava nada preocupado sobre a cor política da Bancada do UPOB, porque estava para discutir ideias e nos assuntos mais difíceis era bom que os jovens aprendessem a discutir os assuntos democraticamente, fazendo referendos. -----

----- Lamentou o contínuo adiamento da transmissão online das Sessões da Assembleia Municipal, que em tempos foi justificado por problemas técnicos, mas atualmente verifica-se que se trata de falta de transparência democrática, que pelos vistos incomodava a Bancada do CDS.

----- Relativamente ao Estatuto do Direito da Oposição, disse que quanto à competência prevista no ponto 1 e 2 do artigo 10.º da Lei 24/98 e a publicação do respetivo relatório de avaliação, relatório esse que segundo o diploma legal, tinha que ser elaborado até ao final do mês de março, do ano subsequente àquele a que se refere, como também deve ser enviado aos titulares do direito da oposição para que sobre o mesmo se pronunciem. Disse que estava



Oliveira do Bairro assembleia municipal

curioso, porque era público e publicado em órgão de comunicação social, as queixas do Presidente da Câmara sobre a forma como se fazia oposição no Concelho, algo que o relatório deveria coerentemente referir e especificar, sob pena de as declarações do Presidente da Câmara caírem em descrédito.-----

----- Recordou que há um ano atrás tinha sido discutido em Assembleia a aplicação da Lei 50/2018, questionando o Executivo se pensava na eventualidade da concretização em 2021 das transferências que foram recusadas, ou se era pensado que antes de 2021 fosse feita a assunção de algumas dessas competências.-----

----- Questionou se tinha de momento, em prática, algumas medidas estratégicas para reunir o mínimo de possibilidades para se assumir as áreas a que o Município for obrigado, designadamente quanto aos recursos financeiros, técnicos, humanos e patrimoniais necessários à persecução das competências transferidas. -----

----- Questionou também quando se pensava em entregar aos Membros da Assembleia, o estudo de impacto na vida do Município e na atividade de Câmara Municipal, da assunção das competências, uma vez que houve um assessor contratado para o efeito, presumindo que esse estudo tenha sido pago e esteja disponível. -----

----- Solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que diligenciasse junto de quem de direito para que esse estudo lhe fosse feito chegar. -----

----- No que diz respeito ao programa Qualifica, vocacionado para a qualificação de adultos, disse que o Governo tinha aberto a possibilidade de abertura de 4 centros no distrito de Aveiro, um dos quais em Oliveira do Bairro, e nesse sentido questionou o Executivo quais tinham sido os constrangimentos que permitiram que o Município de Oliveira do Bairro, perdesse a oportunidade da abertura de um desses centros no Concelho. -----

----- Afirmou que se verificava a perda contínua de oportunidades, quer a nível económico, quer a nível de formação e o Concelho continuava parado a discutir valas, valetas e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

alcatroamentos menores ou duvidosos. -----

----- **GONÇALO ROQUE BATISTA** – disse que iria falar de um assunto, já antigo, mas que continuava por resolver apesar de saber que não era da competência da Câmara Municipal a resolução do mesmo, mas deveria existir pressão por parte desta junto das entidades competentes, referindo-se à rotunda do Silveiro na EN 235. Questionou se havia alguma novidade relativamente ao assunto. -----

----- No que diz respeito à sinalização vertical, alertou que no Silveiro havia uma zona bastante crítica, junto à Igreja Evangélica existe um sinal de STOP que não é respeitado, talvez porque não esteja muito visível, o que pode causar acidentes graves. -----

----- Disse saber que foi feita uma recolha de alguns veículos abandonados na via pública pelo Concelho, questionando se essa recolha foi concluída ou se havia previsão para a recolha dos veículos que ainda estão abandonados na via pública.-----

----- Fez referência à transmissão online das Assembleias Municipais questionando se já tinham sido feitos alguns avanços relativamente a essa questão e se havia alguma data previsível para que seja uma realidade a transmissão online das Assembleias Municipais.-----

----- Reportando-se ao Parque Desportivo de Oliveira do Bairro, disse saber que o Pavilhão estava a ser alvo de reparos, alertando que no palco, utilizado para a prática de várias modalidades, havia algumas infiltrações. No que diz respeito aos campos de ténis afirmou que os mesmos necessitavam de ser reformados, principalmente os pisos e as redes. -----

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – disse ter visto no Jornal da Bairrada, que tinha havido uma reunião com o Secretário de Estado e os Municípios de Anadia e Oliveira do Bairro, por causa do nó da A1, contudo também tinha lido nessa notícia que o Presidente da Câmara de Oliveira do Bairro não se sentia muito motivado e do que leu, percebeu que não estava de todo pensada a execução do referido nó para breve. -----

----- Disse também saber que, depois de ter sido deixada de parte, a primeira versão de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

ligação Aveiro/Águeda, os Presidentes de Câmara em questão, já tinham sido recebidos pelo Senhor Ministro parecendo-lhe que a solução da ligação Aveiro/Águeda, estava feita pelo lado norte. ---

-----Recordou que o UPOB tem sempre demonstrado preocupação relativamente ao constrangimento causado de quem vinha da via rápida, desde a Malaposta até Aveiro e uma vez que a solução de ligação Aveiro/Águeda já estava traçada pelo lado norte, questionou o Presidente da Câmara, relativamente ao que estava previsto para desanuviar o estrangulamento de trânsito existente em Oiã, de quem circula da Malaposta para Aveiro e vice-versa. -----

----- Fez referência ao acidente que tinha acontecido na Póvoa do Forno, lembrando o Presidente da Câmara que era urgente a intervenção naquela via, questionando se estava pensada uma intervenção séria na medida de salvaguardar bens e eventualmente vidas humanas.-----

----- Reportando-se à alimentação das crianças dos polos escolares de Oiã Poente, Palhaça e Oliveira do Bairro, disse que continuava a ser escassa, recordando que da realidade do Concelho de Oliveira do Bairro, a refeição servida nas escolas para algumas crianças era a melhor refeição do dia. Afirmou que da informação que lhe foi transmitida a refeição era pesada e eram servidas cerca de 70 gramas por criança, o que para si não era suficiente.-----

----- Solicitou ao Presidente da Câmara que intervisse nessa situação de forma a serem reforçadas as refeições fornecidas nas escolas. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro **SIMÃO MOREIRA VELA** - recordou que numa das últimas reuniões de Câmara, tinha sido aprovado um valor de cerca de vinte mil e quinhentos euros a atribuir à Universidade Sénior de Oliveira do Bairro, querendo desmitificar e esclarecer o assunto, que por vezes tinha ideia que não era compreendido.-----

----- Deu nota que a Universidade Sénior de Oliveira do Bairro era um projeto que tinha cerca de nove anos, sendo um projeto de envelhecimento ativo de referência no Distrito de Aveiro.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Referiu que os Municípios de Albergaria-A-Velha, Águeda, Curia e Aveiro, ofereciam em média doze disciplinas a quem frequentasse as respetivas Universidades Séniores, sendo que a Universidade Sénior de Oliveira do Bairro, também tinha começado com doze e atualmente tinha trinta disciplinas, com uma média de cento e quarenta alunos. Acrescentou que se houvesse mais alunos interessados, não era possível acolhe-los devido às condições físicas atuais que já começavam a ser escassas, não querendo ser interpretado de que estava a fazer alguma queixa, nem estava a pedir nada, porque a entrega de apoios à Universidade Sénior, ficava na consciência de quem de direito.-----

----- Afirmou que o projeto, teve sempre o mesmo apoio financeiro por parte da Câmara Municipal desde a sua origem, contudo nos últimos dois anos, a despesa da Universidade Sénior desceu em cerca de doze mil euros, pelo facto de terem prescindido de um colaborador e assim diminuir a despesa, tendo sido um fator importante para conseguirem equilibrar as contas. -----

----- Reportando-se à vinda do demógrafo de renome mundial David Bloom, a Lisboa onde fez uma palestra onde referiu que “*o mundo estava a atravessar uma profunda revolução demográfica*” e que “*o aumento da longevidade das pessoas era um problema, para a questão da revolução demográfica*”, disse que também fez referência à queda das taxas de fertilidade, a dimensão do crescimento da população que se estava a tornar, em alguns pontos, insustentável nomeadamente no que diz respeito a questões de crescimento urbano que estava a crescer de uma forma muito rápida, trazendo outros problemas, como o caso concreto e atual do Corona Vírus. --- -----

----- Em tom de conclusão disse que o mundo estava a entrar em águas nunca dantes navegadas, no que dizia respeito ao envelhecimento e para Portugal estava previsto que no ano de 2050 houvesse mais cidadãos dependentes do que a trabalhar, que os cidadãos com mais de sessenta e cinco anos iriam representar cerca de 30% da população, haverá também um decréscimo da população em cerca de um milhão, e a taxa de fertilidade se irá fixar num filho por mulher. - -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acrescentou que David Blomm afirmou que, a solução dos problemas acima referidos, passavam por políticas públicas, de tecnologias de medicina, de envelhecimento ativo de independência física, económica e social dos mais necessitados, na aposta da saúde focada na prevenção e diagnóstico precoce e a solução passava por projetos como a UNISOB e gostava que daqui a trinta anos o Concelho estivesse no topo do envelhecimento ativo tendo uma UNISOB muito melhor do que está atualmente. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – dirigiu os parabéns ao Agrupamento 480 do Troviscal, pelas atividades desenvolvidas e pela apresentação feita, tendo partilhado várias memórias. Acrescentou que o escutismo era uma escola de vida. -----

----- Reportando-se á intervenção do Membro da Assembleia Carlos Ferreira no que diz respeito ao turismo e que disse que o Executivo apresentava desculpas e não apresentava soluções, mas não era assim porque o CDS tem soluções e tem vindo a apresentá-las há algum tempo, mas se calhar o Membro da Assembleia Carlos Ferreira não tem é ouvido aquilo que queria ouvir. -----

----- Afirmou que o Membro Carlos Ferreira também andava enganado e distraído, porque quando disse que o Executivo não estava a apostar no turismo, isso não era verdade, porque do que se recordava era a primeira vez que o Município tinha um Técnico de Turismo, estava-se a apostar na Radiolândia, na presença do Município na BTL, o projeto da Cerâmica Rocha, foi alterado pelo Presidente da Câmara para ser também um ícone do turismo no Concelho. -----

----- Dirigindo-se ao Membro da Assembleia Acácio Oliveira esclareceu que os projetos a que se tinha referido com a Universidade de Coimbra, a Associação Mentos Convergentes e o Município de Oliveira do Bairro, eram projetos académicos e se fossem a pensar no valor de quanto iria custar ao Município implementar os projetos apresentados no terreno, não havia orçamento para os próximos vinte anos. Relativamente ao facto de o Membro da Assembleia Acácio Oliveira ter feito referência à implementação da passagem da Estação de Caminho de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Ferro até à cidade, que fazia parte do projeto, questionou se também não queria que fosse implementado o porto comercial da Murta, porque também era um dos projetos apresentados. -

----- De seguida foi dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este respondesse às questões formuladas pelos Membros da Assembleia Municipal.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – questionou o Vereador António Mota, se pretendia proferir algumas palavras uma vez que tinha sido proferido o seu nome numa das intervenções, não tendo obtido resposta positiva.-----

----- Reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Acácio Oliveira, disse que já era uma prática, levantar falsos testemunhos, lamentando o facto, passando a ler os mails que foram trocados entre si e o representante da Associação de Pais da Escola de Oiã Nascente. Deu nota que recebeu o primeiro mail no dia vinte e um de fevereiro a convocar a sua presença para uma reunião no dia vinte e sete de fevereiro pelas dezanove horas e trinta minutos, data e hora da realização da presente Sessão da Assembleia Municipal e por esse motivo, era impossível estar presente na dita reunião, tendo respondido no mesmo dia, vinte e um de fevereiro, a dar nota da impossibilidade da sua presença e o motivo, sugerindo a marcação da reunião para outro dia, mesmo que fosse durante o fim de semana. Informou que no dia vinte e quatro de fevereiro recebeu resposta a informar que não era possível alterar a data e hora da reunião pois já estavam confirmadas outras presenças e a questionar se não seria possível estar presente outra pessoa representante da Câmara, tendo respondido que era imperioso a sua participação nessa reunião, assim como da Vereadora do Pelouro, devido ao assunto que iria ser tratado e de forma a que tudo ficasse devidamente esclarecido.-----

----- Afirmou que sempre esteve disponível para tratar todos os assuntos que lhe eram colocados e querendo assim esclarecer o mal-entendido que a questão causou.-----

----- Informou que quer na escola de Oiã Nascente quer na Escola de Oiã Poente eram IPSS que serviam as refeições, não havendo qualquer tipo de reclamação.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Relativamente às questões da EN 235 e as ligações Aveiro-Águeda, esclareceu que os Presidentes de Câmara dos dois Municípios em questão, tinham concordado entre si, qualificar e fazer as obras a meias, sendo esse o acordo com o Ministro. -----

----- No que diz respeito ao nó de acesso da A1, disse que tinha ficado satisfeito porque pela primeira vez um governante lhe tinha dito que pretendia vir ao local e ver pessoalmente onde era pretendido fazer o nó e sentir o tráfego. -----

----- Ainda sobre a EN 235, disse que infelizmente todos sabiam que era uma obra da Tutela que já deveria estar concluída há muito tempo, pois estava tudo pronto para o seu início. Deu nota que foi rececionado um ofício da IP a informar que o troço até à A1 iria avançar em 2021, acreditando que a implementação da rotunda iria beneficiar o Município. -----

----- Sobre a questão da EM 596, esclareceu que os projetos quer na Câmara quer na Junta de Freguesia da Palhaça, nunca estiveram na gaveta, pois os projetos na altura tinham sido dados a conhecer à população. Quanto ao início da requalificação, informou que se estava à espera do visto do Tribunal de Contas e sem isso a obra não podia avançar. -----

----- Reportando-se à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro Simão Vela, disse que quando referiu que o Município de Oliveira do Bairro estava na cauda em muitas situações, também reconhecesse o mau trabalho que tinha sido feito nos Executivos anteriores. -----

----- Afirmou que a UNISOB tinha o apoio claro da Câmara, fazendo-o de forma transparente para que não existam quaisquer dúvidas, acrescentando que a UNISOB tem um maior apoio, relativamente aos projetos de outras Juntas de Freguesias, mas tinha sido bem explanado pelo Presidente da Junta esse facto. -----

----- Recordou que o atual Executivo tinha criado um Pelouro da Idade Maior, onde estavam integrados vários projetos, entre eles o Replicar em que eram congregadas todas as IPSS exatamente para irem ao encontro do envelhecimento ativo, com um conjunto de atividades. ---



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- No que diz respeito à assunção de competências, esclareceu que aquilo que tinha sido dito pela Senhora Ministra foi que estava a sentir muitas dificuldades e mesmo os Municípios estavam a sentir muitas dificuldades em algumas das competências mais importantes, a Educação, a Saúde e as Infraestruturas. Acrescentou que os Municípios tinham que se preparar e era isso que o Município de Oliveira do Bairro estava a fazer, não obstante o adiamento para a assunção de competências do ano 2021 para o ano de 2022. -----

----- Referiu que a competência da Educação tinha sido já assumida pelo Município, com características próprias, devido ao facto de ter já assumido o contrato administrativo, que se iriam afastar da legislação atual. No que diz respeito à competência na área da Saúde, o que tinha saído na comunicação social era exatamente o que tinha sido dito pela Senhora Ministra, de que era necessário refazer o decreto para que os Municípios pudessem assumir as competências, sendo essa área muito importante para o Concelho, pois estavam a ser lançados dois concursos, para construir dois equipamentos novos para servirem a população. Acrescentou que, no ano de 2021 ao assumir essas competências na área da saúde o Município de Oliveira do Bairro, estará em melhores condições que os outros Municípios, pois terá três equipamentos novos. -----

----- Esclareceu que o ajustamento de datas, se deveu ao facto de o ano de 2021 ser um ano de eleições autárquicas e assim o Governo entendeu que as autarquias não deveriam assumir competências no final do ano e do mandato, que poderiam não estar preparados. -----

----- No que diz respeito ao programa Qualifica disse que não era da competência do Município e esclareceu que no ano de 2018 o Município tinha apoiado essa iniciativa que teve lugar no Município de Oliveira do Bairro e disponibilizou-se a 100% para colaborar no que fosse necessário no futuro, no entanto receberam informação que não tinham existido candidaturas no Concelho para que fosse possível a aplicação do programa. -----

----- Reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Pedro Campos, esclareceu que as obras de remodelação da iluminação da Associação Desportiva de Oiã, que era uma



Oliveira do Bairro assembleia municipal

entidade privada, que teve e tem apoios do Município, tanto de estrutura como para as camadas jovens e para investimentos. Recordou que para a questão da iluminação também tinha existido um apoio, contudo esse apoio não foi aplicado para a realização da iluminação.-----

----- Voltando à intervenção do Membro da Assembleia Acácio Oliveira e no que diz respeito às escolas, disse que o Município tinha feito um esforço tremendo e tinha colocado até ao limite o número de assistentes operacionais, muito acima do rácio definido para o Município. Informou que a situação na escola de Oiã Nascente, se deveu ao facto de uma assistente operacional se ter aposentado e haver sucessivas baixas médicas, sabendo que a situação estará resolvida em breve, com a deslocação de outra assistente operacional para a escola em questão. -----

----- Sobre a questão da denominada casa da D. Alexandrina, esclareceu que todo o terreno a seguir à Cerâmica Rocha, era propriedade particular. Informou ainda que, no âmbito da empreitada P04 o Município tinha negociado com os proprietários o alargamento de via, em que iria ser utilizado um espaço considerável daquele terreno, contudo o edifício estava completamente deteriorado, sem possibilidade de restauro e como o edifício era particular não houve nada que se pudesse fazer.-----

----- Esclareceu que a empreitada P04, se estendia desde a Estação da CP até ao talude da EN 235, em que a curva lá existente iria ser disfarçada, com o referido alargamento da via.-----

----- No que diz respeito aos estacionamento do Largo do Cruzeiro em Oiã, deu nota que estavam previstos vários loteamentos para aquele local, contudo eram situações que estavam a ser discutidas há cerca de 25 anos e nesse sentido ainda havia assuntos a serem resolvidos, quanto ao alargamento e à ligação à Junta de Freguesia de Oiã, informou que na presente data tinha ido a reunião de Câmara a resolução de um dos terrenos, estando tudo negociado e os contratos para serem assinados, o que ia permitir a execução desse alargamento. -----

----- Dirigindo-se ao Membro da Assembleia Carlos Ferreira e no que respeita às unidades produtivas e aos projetos, disse que o processo tinha tido uma estrutura pensada e quando o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Membro da Assembleia refere que é necessário atrair empresas com tecnologia de ponta, primeiro é necessário ter local para as instalar, assim como a existência de locais para construção, mas nos anos de 2008 a 2010 houve a crise na construção, não por culpa do Município, mas sim da conjuntura e a falta de estrutura do país. -----

----- Afirmou que coisas diferentes eram conjuntura e estrutura, e para se mudar o Município é necessário mudá-lo e fazer investimentos para que isso aconteça e quando se diz que o Município tinha parado e estava na cauda, era pelo facto de a estrutura que esteve antes assim o provocou e teve alguns anos para o fazer. Acrescentou que é necessário mudar, mas para isso a estrutura atual também precisa de anos para o fazer.-----

----- Quanto à questão da POLIS, esclareceu que o Município tinha aplicado no parque do Carreiro Velho, todo o apoio FEDER que existia e não pagou porque entendia que as contas ainda não estavam contabilizadas, contudo foram feitas e o Município devia esse valor e devia ainda mais, porque o Município tinha-se comprometido em realizar o capital social da dita Sociedade POLIS, através da Comunidade Intermunicipal que é a quem o Município deve. Informou que a Comunidade Intermunicipal fez a conjugação entre vários Municípios e todos entraram com o dinheiro, mas curiosamente o Município de Oliveira do Bairro a determinada altura deixou de dar esse valor. Os Municípios que continuaram a dar o valor e atualmente estavam a ser ressarcidos porque não tiveram investimento. -----

----- Informou que o Município de Oliveira do estava a ter esse investimento e não era o dono da obra. Informou ainda que as obras foram suspensas assim que começaram as primeiras chuvas, retomando os trabalhos assim que as condições o permitirem.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – disse que uma vez que tinha sido interpelado diretamente e querendo responder às questões que lhe foram suscitadas, começou por agradecer a questão colocado relativamente à transmissão das Sessões da Assembleia Municipal online e esclareceu que por iniciativa pessoal,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

junto do Executivo tentou saber quais os passos que têm sido dados sobre o assunto e o que lhe foi dito é que, têm que ser dados os passos necessários e em cumprimento à Lei da Contratação Pública, que podem ser vagarosos, mas certamente seguros para quando se fizer a transmissão, tudo esteja de acordo com a lei. -----

----- Recordou que o Regimento da Assembleia já tinha sido alterado nesse sentido, já tinham sido realizados testes numa das Sessões da Assembleia e era um dos impulsionadores, proponente e defensor dessa transmissão online de forma a elevar a conduta de todos e dar a conhecer de forma mais abrangente aquilo que era o espaço de discussão pública e a forma como era feita. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra por vários Membros da Assembleia, para pedido de esclarecimento, tendo-lhes sido concedido o uso da palavra; -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que quanto à avaliação a mesma era feita de quatro em quatro anos, no final de cada mandato, contudo garantia que em algumas áreas o PSD tinha ido muito para além daquilo que estava projetado e daquele que tinha sido o programa e projeto político do PSD, reconhecendo que noutras áreas assim não tinha acontecido e por isso esperava que o CDS assim o conseguisse. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – esclareceu que quando falou da questão da escola de Oiã Nascente, tinha-o feito porque se tinham dirigido a si duas pessoas a relatar a situação e na qualidade de Membro da Assembleia tinha a obrigação de expor os problemas sentidos pelos cidadãos no presente plenário e nesse sentido acreditava que não tinha trazido nenhuma inverdade, mas sim o que lhe tinham feito chegar. -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – no que diz respeito à transmissão online das Sessões da Assembleia Municipal, disse que lhe parecia mais as “obras de Santa Engrácia”, porque na sua opinião era uma questão que já deveria estar resolvida há algum tempo e também lhe parecia ser uma questão de fácil resolução. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal disse que quando o mesmo tinha falado em estrutura e não conjuntura, disse que depois, o mesmo não tinha conseguido explicar o problema do Centro Qualifica. Afirmou que o Presidente da Câmara tinha sido vítima da sua própria conjuntura e assim tinha perdido uma estrutura, porque a conjuntura criada pela Câmara Municipal empurrou todo o setor educativo. -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** - dirigindo-se ao Membro da Assembleia João Bastos, disse que agradecia a sua “legítima” preocupação com o Movimento Cívico Independente, que era constituído, desde o primeiro momento por oliveirenses tão diferentes, com militâncias partidárias distintas, pensamentos políticos distintos e crenças religiosas distintas. Informou que a razão dessas pessoas se terem unido, teve por base unicamente, defender os interesses do Concelho, que entendiam ir no sentido contrário ao desejável e nunca com preocupação alguma com siglas partidárias. -----

----- Afirmou que o Movimento Cívico, se encontrava bem, estranhando apenas que o Membro da Assembleia João Bastos não se tenha preocupado com o facto de o Executivo da cor partidária do mesmo, CDS-PP, ser constituído por eleitos em listas do CDS-PP e do PPD-PSD, uma verdadeira geringonça formal. Mais disse que o referido Membro da Assembleia se tinha esquecido que o atual Executivo, substituindo-se, porventura, à vontade popular, tinha contratado mais dois elementos cimeiros da lista candidata pelo CDS-PP à Câmara Municipal, acrescentando a um Chefe de Gabinete e isso sim, na sua perspetiva era preocupante para o Movimento Cívico, garantindo que isso nunca aconteceria com o Movimento Cívico Político. ----

----- Disse que aceitando o desafio do Membro da Assembleia João Bastos, questionou se o mesmo não se preocupava que, com o facto da recente eleita direção nacional do CDS-PP, porventura estar mais próximo do Chega que do PPD-PSD. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – esclareceu o Presidente do Executivo Municipal que o PPD-PSD sofria as dores que tinha que sofrer, e até parecia que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

quem ouvisse o Presidente do Executivo Municipal que a Universidade Sénior era um projeto do atual Executivo Municipal e não era assim, porque o projeto era da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, apoiado e bem, pelo atual Executivo e pelo anterior, assim como os cadernos de atividades do primeiro ciclo, que também tinha sido um projeto da Junta de Freguesia, que o presente Executivo Municipal tinha resolvido agregar, e mal. -----

----- Disse ainda que lhe custava aceitar críticas de quem saiba muito, porque gostava mais de aceitar críticas de quem faça melhor, que não foi claramente o caso dos cadernos escolares.

----- De seguida foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para responder às questões suscitadas se assim o entendesse. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que certamente não se tinha explicado bem, porque nunca se tinha referido à Universidade Sénior como um projeto da Câmara Municipal, porque o que pretendia dizer era que a Câmara tinha preocupações relativamente à Idade Maior e daí ter criado um pelouro, tendo também aderido ao um projeto “Replicar”. -----

----- Afirmou que louvava a iniciativa da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, relativamente à Universidade Sénior, assim como o Projeto Bebé Feliz também da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro. -----

----- Sobre o que foi referido pelo Membro da Assembleia José Carvalheira, disse ter ficado estupefacto com a promessa do mesmo, porque primeiro era fácil de prometer porque não estava no Executivo e depois porque não deve ter ouvido um dos candidatos do Movimento UPOB a referir o que faria se estivesse à frente dos desígnios do Município. Deu o exemplo da proposta de quem iria ser contratado para estudar os azulejos no Município. -----

----- Afirmou que, não via nenhum problema nessas contratações, desde que as pessoas em causa preencham os requisitos para a função, correndo o risco de não se poder contratar ninguém de Oliveira do Bairro. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Paulo Figueiredo, disse que ainda bem que os dois eram de áreas diferentes e não querendo utilizar títulos académicos, apenas tinha dado o exemplo de como funcionava a sociedade e a economia.-----

----- No que diz respeito ao Membro Acácio Oliveira disse esperar que depois do esclarecimento que tinha dado, o mesmo possa esclarecer as pessoas que o abordaram, porque achava injusto aquilo que se dizia, quando sempre existiu toda a vontade por parte do Executivo para esclarecer e resolver todas as situações de forma mais adequada.-----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- No que respeita ao ponto **5 - ORDEM DO DIA**, deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos;-----

----- **5.1. – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal**, sendo dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o documento.-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que para além do que estava descrito no documento enviado, deu nota da presença da Senhora Ministra no Concelho, para a inauguração de um novo projeto o “CLAIM”, numa altura em que se estava a receber muitos migrantes no Concelho era importante que houvesse um gabinete de apoio aos mesmos.-----

----- Deu nota também da presença da Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, no Município de Anadia que depreendia de um conjunto de negociações existentes há algum tempo e a possibilidade de o Município de Oliveira do Bairro, assumindo as rédeas com contratos interadministrativos, em conjunto com a Tutela, vir a fazer a requalificação do Quartel da GNR em Oliveira do Bairro. Informou que se seguirá uma reunião em Lisboa, no sentido de concluir o primeiro contrato interadministrativo, que dará depois lugar ao segundo contrato interadministrativo e aí já com a obra orçamentada.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Seguidamente foi solicitado aos Membros da Assembleia Municipal que desejassem intervir, que procedessem à sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra;-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – parabenizou o Executivo Municipal, pela atividade escrita, sobretudo no âmbito da Ação Social e da Cultura.-----

----- Disse que pretendia ter mais informação relativa ao objeto do contrato programa, celebrado com a Associação dos Trabalhadores do Município de Oliveira do Bairro, no valor de vinte mil e quinhentos euros.-----

----- Relativamente aos contratos de prestação e serviços, concretamente para a assessoria na área da inovação e planeamento e considerando, cujo cidadão prestador do serviço, seria o mesmo que tinha assegurado a mesma prestação de serviços anteriormente, embora na altura tenha sido contratado em nome individual e atualmente através de uma empresa, solicitou ao Presidente da Câmara que elencasse, as medidas já implementadas a nível de inovação e planeamento, no que à atividade da presidência de Câmara diz respeito e que decorrem da prestação de serviços, em regime de avença, para que se pudesse aferir do retorno do investimento feito através do orçamento municipal em assessoria política.-----

----- Ainda dentro do mesmo domínio de contratação de serviços em regime de avença, disse que pretendia transmitir, que poderia não ter sido totalmente justo quando há cerca de um ano atrás, teria referido em Assembleia Municipal, alguma dúvida relativa à contratação de uma empresa especializada em psicologia e ciências forenses, para apoio na área da comunicação e assessoria de imprensa, porque volvido um ano e verificando-se a repetição da contratação, comprovava a satisfação em relação aos serviços que foram prestados, parecendo-lhe atualmente mais claro, que tal poderia ter alguma correlação com a especialidade de ciência forense, que era o conjunto amplo de conhecimentos científicos e técnicas utilizadas para investigação criminal e outros domínios do direito ou da justiça, que podiam ir do administrativo ao penal e só se assim fosse é que se justificava, na sua opinião.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- No âmbito do contencioso, questionou o Presidente da Câmara, da ordem de grandeza previsível, do valor a pagar ao Kart Clube de Oiã, devido à condenação da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.-----

----- Questionou se teria sido possível e se tudo tinha sido feito, para se ter já alcançado no atual mandato, um acordo extrajudicial com a entidade do Kart Clube de Oiã, que hipoteticamente onerasse menos o Município.-----

----- **MARIA DA CONCEIÇÃO MARTINS MAIA** - reportando-se à página 55 da Atividade Municipal, no que diz respeito aos pólos de leitura, disse ter informação sobre o tratamento técnico documental e naturalmente que todos percebem que havia um outro tipo de serviço prestado pelos pólos de leitura que também era muito relevante que tinha a ver com o princípio fundamental a que servem. Mais disse que o acesso à leitura e a outro tipo de documentação ou informação ao qual acrescia um outro da disponibilização de um espaço nobre e saudável onde as crianças possam passar em segurança alguns períodos do dia. -----

----- Questionou como estavam os níveis de frequência dos espaços em questão, uma vez que tem tido informação que tem havido um decréscimo de frequência, que havia pólos de leitura que não estavam abertos todos os dias e estava-se a falar de um grande investimento financeiro por parte do Município nos equipamentos.-----

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – reportando-se concretamente aos contratos de prestação e serviços celebrados, disse ter verificado que na página 10 do documento, eram identificados três contratos, celebrados com entidades distintas, para a mesma prestação de serviços de incubação de empresas, com indicação de período de contratação e com início da produção de efeitos, mas todos os três sem indicação de qualquer valor. Questionou se a falta de indicação dos valores dos contratos tinha alguma justificação ou se apenas se devia a um lapso de escrita e nesse caso qual o valor contratado em cada um dos três contratos, porque sem esses dados não se podia fazer uma análise correta da informação



prestada. -----

----- **ANNELISE DE JESUS GUIMARÃES** – referiu que na página 40 da Informação da Atividade Municipal, era possível ler-se sobre os cadernos de fichas do primeiro ciclo, onde era referido que era acusada a receção das faturas dos cadernos de atividades, para efeitos de pagamento. Disse que estranhava esse facto tendo em consideração o esclarecimento dado pelo Vice-Presidente da Câmara na última Sessão da Assembleia Municipal e pelo facto de se estar no final de fevereiro, ou seja, a meio do ano letivo e o assunto não estar ainda resolvido.-----

----- Questionou qual era o ponto de situação, do pagamento das faturas aos encarregados de educação e se estaria tudo regularizado antes do final do ano letivo. Acrescentou que a atual situação pervertia a ideia original de ajudar e libertar as famílias da despesa da aquisição dos manuais.-----

----- Referiu que copiar uma ideia não tinha nada de reprovável, mas alterar uma boa ideia para tentar parecer de novo e original e que a ideia original estava bem-feita e agora o resultado era o que se via, mas valia copiar e fazer tudo igual. -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – relativamente ao que tinha sido referido pelo Presidente da Câmara nomeadamente sobre o Quartel da GNR de Oliveira do Bairro, questionou qual era o valor do protocolo, qual o valor de intervenção por parte da Tutela e da Câmara Municipal.-----

----- No que diz respeito a injunção da SOLSIL, questionou se a mesma estava liquidada e se não estivesse, lamentava que uma associação com o valor e o trabalho comunitário que tem, que tenha havido necessidade de se chegar ao ponto de instauração de uma injunção.-----

----- Relativamente à intervenção que estava a ser realizada na passagem da vala hidráulica, na Rua das Poças em Perrães, junto a uma moradia e que estava a ser desviada para junto de um armazém, executada pelo valor de cerca de trinta e oito mil euros, questionou se a intervenção estava a ser executada sobre a intenção da APA e se era um investimento hidráulico ou



Oliveira do Bairro assembleia municipal

imobiliário e qual a justificação da intervenção.-----

----- No que diz respeito ao contrato Verum Dream, Lda., cujo valor do contrato era de dezanove mil e duzentos e seis euros, disse que uma empresa com seis meses de existência, certamente não tinha sido contratada pela sua experiência nem competência. Questionou que outras empresas tinham sido contactadas para a prestação do serviço e em caso afirmativo quais foram as empresas e que valores apresentaram, ou se a situação era mesmo aquilo que parecia, um favor político a um amigo, que por acaso tinha sido candidato a Vereador, não eleito pelo CDS.-----

----- Afirmou que este não era caso virgem e todos sabiam como esse tipo de situações terminavam na atualidade. Recordou que em 13 de dezembro de 2017, tinha sido estabelecido contrato com o dono da empresa em causa, para a contratação de serviços de consultadoria, na área de desenvolvimento económico e social e elaboração de estudo que incluía o levantamento de critérios e parâmetros económicos e sociais sobre os quais deviam assentar o plano de desenvolvimento económico e criação do emprego no Município, e nesse âmbito já tinham falhado um que era o Centro Qualifica.-----

----- Referiu que terminada a avença iniciada em 13 de dezembro de 2017, solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que diligenciasse, para que fosse enviada cópia do estudo acima referido, a todos os Membros da Assembleia Municipal e que o Presidente da Câmara informasse na presente Sessão da Assembleia Municipal, quais eram os critérios e parâmetros económicos e sociais, sobre os quais deveria assentar o plano de desenvolvimento económico e a criação de emprego no Município, que tinham sido levantados pelo referido estudo, muito bem pago pelo Município e que iria continuar a ser pago.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** - entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve;-----

----- *“Da análise que fiz à Atividade Municipal deste Executivo retive alguns aspetos que*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

importará aqui partilhar com esta Assembleia.-----

----- Mas antes uma dúvida de forma, que poderá muito bem ser uma intenção no espírito, de quem construiu este documento. -----

----- Reparei que há iniciativas e obras onde constam datas e outras em que nada é dito sobre as mesmas.... Pode esclarecer esta Assembleia do porquê desta situação... -----

----- É que podemos sempre pensar que será para esconder de onde nasceram tais projetos.

----- Naturalmente que não quero acreditar nisso, já que seria muito pequenino da parte de quem procedesse dessa forma... Mas como temos visto este executivo a apropriar-se do mérito de várias iniciativas de entidades associativas e até estatais, fica a dúvida... -----

----- Mas sobre o documento em si e na sua página 11. Pode ler-se: -----

----- “Contrato de prestação de Serviços, em regime de Avença, para Assessoria na Área de Inovação e Planeamento, nomeadamente no apoio à atividade da Presidência da Câmara”-----

----- Sobre esta matéria, confesso que numa primeira análise, estava inclinado a dar os parabéns ao Executivo por mais esta contratação, como aliás já o tinha feito nas assessorias na área da comunicação. -----

----- Digo isto porque é clara e inequivocamente uma área em que precisam de ajuda...e urgente... só pecaria por tardia e eventualmente escassa, já que talvez um assessor não chegasse... e, nesta matéria da Inovação e do planeamento, como noutras, o Senhor Presidente do Executivo, Dr. Duarte Novo, precisa de toda a ajuda que conseguir.-----

----- É que se na comunicação fazia todo o sentido, porque como disse na altura, como fazem pouco e pequeno, precisavam claramente dos melhores na comunicação para fazer do pequeno grande e do pouco, muito...-----

----- O problema é que, se na comunicação há resultados de propaganda evidentes para o CDS, nesta assessoria na área do planeamento e na inovação, não se vê nada. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Digo isto porque este será o segundo contrato de assessoria com esta empresa... e, portanto, já está a prestar assessoria ao Senhor Presidente do Executivo Municipal, Dr. Duarte Novo, há mais de um ano.... O problema é que vai para o segundo contrato sem resultados visíveis nem na inovação, nem no planeamento...* -----

----- *Ou seja ...cerca de 15 mil euros sem resultados visíveis e agora cerca de 25 mil... Talvez desta vez vejamos resultados...* -----

----- *Mas fica o registo de mais uma contratação de uma acessoria política... A somar às restantes...* -----

----- *Um outro traço distintivo deste executivo. “Para as assessorias e em força”.* -----

----- *Outra das evidências desta Atividade Municipal será o investimento na rede viária, (páginas 34 e 35 do documento), nomeadamente na pavimentação, o que sendo a dois anos de distância das eleições autárquicas, não deixa de ser um aspeto positivo relevante...* -----

----- *É também relevante que tal investimento seja feito de forma parcelar, pontualmente ao longo de todo o nosso Município, o que me fez lembrar um assunto que há largos meses deu aso a grande discussão nesta Assembleia, certamente que se recordarão da questão de uns metros de rua e estrada em frente à casa do irmão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal... Afinal já era a estratégia de ir investindo na requalificação da nossa rede viária, devem ter começado por esses poucos metros... podemos não concordar, mas é o método do CDS...* -----

----- *Fica, no entanto, uma dúvida, na requalificação da rede viária – Agras de Baixo, estão envolvidos 108.500 euros, para depois, na Rede Viária do Concelho, aproximadamente, 142.700 euros, portanto quase tanto num arruamento como nos restantes arruamentos do Município... Mas é uma estratégia... igual a todas as outras, medidas pontuais e sem linha condutora... Sem rumo..* -----

----- *Termino Senhor Presidente esta análise à Atividade Municipal deixando umas notas*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

sobre a análise que o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Dr. Duarte Novo, fez à Atividade do Município, numa entrevista publicada no Diário de Aveiro e posteriormente no site oficial de campanha do CDS, o site Institucional do Município de Oliveira do Bairro. -----

----- Começarei por dizer que é uma peça jornalística que todos, mas todos os Oliveirenses deveriam ler. -----

----- Particularmente a resposta do Senhor Presidente a duas perguntas: -----

----- O que já foi feito nestes dois anos e depois, o que falta ainda fazer... -----

----- E tudo na primeira pessoa... Foi absolutamente esclarecedor. -----

----- Ficou claro que, mesmo dois anos depois, a dificuldade por terem feito tão pouco é culpa do PSD, ao qual e desta vez acrescentou um novo culpado ... a Lei complica muito o trabalho deste executivo. -----

----- Além disso, apenas apontamentos dispersos de alguém sem rumo, sem estratégia e sem soluções, apostando boa parte das linhas dedicadas à resposta a justificar o que não fez. -

----- O mesmo acontece quando tem que responder ao que ainda falta fazer, mais apontamentos dispersos e sem articulação ou envolvimento, numa estratégia que deveria ser clara e assertiva. -----

----- Para terminar em grande estilo , vimos o Senhor Presidente do executivo Municipal, Dr. Duarte Novo, dizer algo que, além de populista e de roçar a já reincidente, desculpabilização de quem pura e simplesmente não sabe ou não consegue ser o Presidente e o Líder que o nosso Município necessita, acabar a atacar “alguma oposição” com denúncias “sem qualquer fundamento”, Ora, Senhor Presidente, se não tivesse fundamento teria sido arquivada de imediato, não teria entrado em fase de inquérito, não teriam sido feita acusação e marcado julgamento. Se fosse desprovida de fundamento, se as nossas dúvidas não fossem sustentadas não teria existido recurso da decisão do coletivo de Juízes para o tribunal da relação. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Não sabemos qual será o desfecho, o que é claro é que a dúvida era sustentada e válida.* -- -----

----- *E depois senhor Presidente, Dr. Duarte Novo, se foi posto em causa o bom nome, se existiram graves prejuízos pessoais e social para os envolvidos e para as suas famílias, só há um culpado... e esse culpado é o Senhor Presidente que não ouviu, nem quis ouvir toda a oposição, apenas para levar a sua vontade em frente, se não fosse sustentada, não teria feito depois, exatamente aquilo que aqui dissemos que deveria fazer... A verdade é que corrigiu o erro, a verdade é que não o voltou a fazer...*-----

----- *Uma última nota, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, Dr. Duarte Novo, se não se esqueceu, em nome da coerência e da credibilidade e até do código deontológico dos responsáveis pela comunicação do Município de publicar uma nota de imprensa no site oficial do CDS que é o Sítio institucional do Município?*-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse verificar com agrado que os trabalhos de reabilitação e valorização ecológica do Rio Cértima, ao abrigo do protocolo com a APA e os Municípios de Águeda e Oliveira do Bairro, estavam concluídos e que brevemente a requalificação e implementação de percursos pedonais e cicláveis, nas zonas ribeirinhas integradas nos Rios Levira e Cértima, iria ser objeto de abertura de procedimento concursal, sendo duas extraordinárias infraestruturas, vocacionadas para o turismo, a tal galinha de ovos de ouro, saiba-se potenciar e colocar nos mapas dos roteiros turísticos a valorização do património natural que o Município de Oliveira do Bairro terá para oferecer.-----

----- Reportando-se à limpeza de valas, disse que possivelmente por lapso, não constava na Informação da Atividade Municipal, o ponto da situação da empreitada de intervenção na vala hidráulica da Rua das Poças em Perrães, com o valor próximo de quarenta mil euros. Questionou se a empreitada em questão tinha sido solicitada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Oiã ou se a iniciativa tinha partido do Presidente da Câmara, questionando ainda o motivo de ter



Oliveira do Bairro assembleia municipal

iniciado esse tipo de intervenções, pela vala em questão e não por outras existentes no Concelho, em que estava à vista de todos a urgência da limpeza nas mesmas, nomeadamente a vala junto às instalações da Moviflor e da Altice, ou a vala junto dos caminhos de ferro, no limite da estrada da escola, com a estrada principal na Freguesia de Oiã. Questionou também se ainda no presente ano se iria proceder à limpeza das duas valas referidas. -----

----- Afirmou que o PSD não poderia aceitar a resposta negativa do Presidente da Câmara, porque se houve verba para investir na vala da Rua das Poças, também teria que haver verba para a limpeza das duas valas que referiu. -----

----- Referiu que, para um Município que em apenas seis avenças e prestações de serviços, iria investir cerca de cento e quarenta e seis mil euros, o que num mandato se refletia em seiscentos mil euros, também tinha que existir dinheiro para a limpeza das duas valas, sob pena, se assim não for, de todos pensarem que quando se falou da tal pesada herança, apenas se referia aos boys e dos jobs que alguém tinha prometido. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados se assim o entendesse. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – relativamente à intervenção do Membro da Assembleia José Carvalheira, disse que já tinha respondido a uma parte das questões e não se iria repetir. -----

----- No que diz respeito à questão do Kart Clube de Oiã, esclareceu que relativamente ao contencioso o Município não tinha sido condenado, contrariamente ao que era falado, porque foi reconhecido o direito do terreno ao Município de Oliveira do Bairro e todas as reclamações apresentadas pelo Kart Club de Oiã tinham caído, faltando apenas o apuramento das benfeitorias, tendo que voltar tudo ao princípio. Acrescentou que também estavam a decorrer processos do Município relativamente às rendas. -----

----- Informou ainda que havia a situação do desmantelamento de um muro existente no



Oliveira do Bairro assembleia municipal

local, que conseqüentemente teve um conjunto de queixas efetuadas pelo Município, estando a decorrer os procedimentos legais.-----

----- Quanto à falta de datas, em alguns contratos esclareceu que não foi de propósito, apenas por lapso. Alertou que a Informação da Atividade Municipal ia desde o mês de novembro de 2019 a fevereiro do corrente ano e por essa razão muitas das situações referidas já estavam sanadas há algum tempo. -----

----- Relativamente à questão dos cadernos de atividades dos alunos do primeiro ciclo, disse que não estava em causa a iniciativa, mas sim a forma como tinha sido feita. -----

----- Reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Conceição Mota disse que estava definido um valor fixo por mês, sendo uma prestação de serviço porque as empresas incubadas recebem um serviço e por isso não era uma renda. -----

----- Afirmou que tudo o que tem que se ter de relatórios os mesmos existiam, eram obrigatórios, e por isso a figura do gestor do contrato que elabora os referidos relatórios. -----

----- Sobre a questão das valas hidráulicas, esclareceu que a requalificação da vala na Rua das Poças, era um processo que vinha do Executivo anterior, um processo que estava nas mãos de uma técnica municipal que já não se encontrava ao serviço do Município, por situação de reforma e, entretanto, a obra não avançou, tendo sido decidido lançar novo procedimento, sem qualquer alteração ao procedimento anterior, com a devida autorização da APA para a realização da requalificação. Esclareceu que apenas se tinha tentado que houvesse uma alteração no circuito da vala, mas chegou-se à conclusão que era melhor não alterar por forma a não criar más interpretações.-----

----- Sobre os alargamentos de vias, à semelhança da requalificação da vala, eram compromissos já assinados e assumidos anteriormente, no anterior Executivo, que têm vindo a ser concretizados agora. -----

----- Informou que o Município tem estado a estudar a intervenção numa das valas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

hidráulicas na zona industrial de Oiã, estando à espera da autorização da APA. -----

----- Sobre a questão colocada relativa à requalificação do posto da GNR de Oliveira do Bairro, esclareceu que o Município tinha feito uma consulta relativamente ao processo, atendendo aos procedimentos que eram necessários e ao que estava em causa para os projetos. Usando como termo de comparação o Município de Anadia, que era detentor do imóvel e do terreno, contudo o Município de Oliveira do Bairro é detentor do terreno e o imóvel é pertença do Ministério da Administração Interna, assim foi necessário que o Município regularizasse a situação com a anuência do Ministério em causa e o Município de Anadia como era proprietário assumiu os projetos. -----

----- Informou que em simultâneo com a regularização foi feita uma consulta ao mercado e foi apurado o valor dos projetos que foi transmitido ao Ministério da Administração Interna, sendo esse o contrato que vai ser realizado, para elaboração dos projetos e só depois dos projetos de especialidades elaborados é que se pode apurar o valor real da requalificação. -----

----- Acrescentou que daquilo que sabia, o financiamento era de 100%. -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos

----- **5.2 – Apreciação e Votação do Voto de Pesar pelo Falecimento do Professor Dr. Milton Costa.** -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que iria dar a palavra aos proponentes do Voto de Pesar apresentado à Mesa da Assembleia Municipal pelo Grupo Municipal do UPOB, na pessoa do seu Líder de Bancada Armando Humberto Pinto. -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse que o Voto de Pesar era apenas uma singela homenagem, e mostrar a gratidão que a Assembleia Municipal tem pelo distinto oliveirense, tendo sido subscrita por todas as Bancadas. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Recordou que o Voto de Pesar tinha sido trazido na última Assembleia Municipal, logo após o falecimento do Professor Dr. Milton Costa, contudo tinha sido entendimento que o mesmo deveria baixar à Comissão Permanente que por sua vez submeteu o mesmo a Assembleia Municipal, estando agora a ser apresentado, passando a ler o mesmo;-----

----- “Voto de Pesar.-----

----- *A Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro vem por esta forma expressar a sua homenagem póstuma ao Professor Dr. Milton Costa, prestigiado Oliveirense e Bustuense, recentemente falecido.*-----

----- *O Professor Dr. Milton Costa era Professor Catedrático na Universidade de Coimbra e um investigador de elevado prestígio internacional na área da microbiologia, tendo presidido e sido distinguido em diversas sociedades e universidades internacionais pelo brilhantismo da sua carreira científica.*-----

----- *O Professor Dr. Milton Costa para além de ser um académico e investigador de nomeada era também um Oliveirense e um Bustuense empenhado e comprometido com a sua terra.*-----

----- *O Concelho fica mais pobre com a partida inesperada deste seu filho ilustre.*-----

----- *À família enlutada a Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro expressa as suas maiores condolências.*-----

----- *Oliveira do Bairro, 17 de janeiro de 2020.*-----

----- Assinado pelos Líderes dos três Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro.-----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia se pretendiam intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido dado o uso da palavra aos mesmos;-----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – referiu que o Dr. Milton Costa era um



Oliveira do Bairro assembleia municipal

ilustre bustuense, associando-se ao Voto de Pesar. Afirmou que era um reputado microbiologista e possuidor de um currículo extraordinário, Fundador da Academia Europeia e Microbiologia e Presidente da Federação Europeia do Microbiologia, acrescentando que o seu currículo era tão vasto como o seu reconhecimento internacional, sendo um oliveirense de excelência, intelectualmente brilhante, simpático no trato e modesto na vida.-----

----- Disse que tinha corrido mundo, mas nunca abandonou a sua terra e amava-a como poucos e nele assentava perfeitamente a frase de Fernando Pessoa “*Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver o universo*”. Afirmou que na sua opinião a Câmara Municipal tinha feito pouco para homenagear uma das mentes mais brilhantes, tendo tido oportunidade de o fazer pois ocorreu na mesma altura a reunião da Câmara Municipal que deveria ter sido suspensa. --

----- Disse saber que a Comissão Permanente iria reunir, para na esfera da sua competência, organizar as comemorações do 25 de Abril, lançando o repto aos Líderes de Bancada e ao Presidente da Assembleia Municipal, para que as comemorações possam servir de homenagem, a quem de além de um grande académico também tinha sido um grande democrata e um oliveirense que sempre mostrou orgulho em o ser.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação o Voto de Pesar:---

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **5.2 – Apreciação e Votação do Voto de Pesar pelo Falecimento do Professor Dr. Milton Costa, foi Aprovada por Unanimidade com 25 Votos a Favor.**-----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.3 – Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação ao Executivo Municipal para a Elaboração do Código de Ética e Conduta.**-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que se tratava de uma proposta apresentada à Mesa da Assembleia Municipal Acácio



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Oliveira do Grupo Municipal do UPOB. Deu nota que foi recebida por parte do Executivo Municipal, que o próprio Executivo tinha aprovado em sede própria o seu Código de Conduta.--

----- Esclareceu que a Lei previa que também a Assembleia Municipal elabore o seu Código de Conduta, para os seus próprios Membros e nesse sentido, irá ser solicitado ao Presidente da Câmara o apoio de um técnico municipal e iria ser criado, um grupo de trabalho para esse fim, situação já assumida em sede de Comissão Permanente. -----

----- Deu nota que se encontrava disponível para consulta dos interessados, no repositório online da documentação da Assembleia Municipal, toda a documentação inerente ao assunto. -

----- Questionou o Membro da Assembleia Acácio Oliveira, proponente da proposta, se pretendia fazer alguma intervenção tendo em conta as palavras que tinha proferido. -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – informou que quando a bancada do UPOB, tinha apresentado a proposta de recomendação, não tinha conhecimento que estava em andamento a elaboração de um Código de Conduta, contudo a sua proposta de recomendação não tinha vindo apenas como recomendação de elaboração de um código de conduta, mas sim como um código de ética e conduta, e que previa normativos da OCDE. -----

----- Deu nota que o Grupo Municipal do UPOB, poderia retirar a proposta de recomendação se o Executivo tivesse ido ao encontro daquilo que era a proposta apresentada, ética e conduta profissional, mas assim não tinha acontecido e por isso iriam manter a proposta de recomendação. -----

----- Questionou o Presidente da Câmara porque é que a Informação/Proposta n.º 123 – Mandato 2017-2021, se referia tão somente a um Código de Conduta, e não ao que havia sido proposto, que era o Código de ética e Conduta Profissional do Município de Oliveira do Bairro.-

----- Afirmou que, tendo em atenção que os demais Municípios do País estavam a publicar no Diário da República os seus Códigos de Ética e Conduta Profissional em cujos preâmbulos consideravam vários normativos legais, que passou a referir, no entendimento do UPOB parecia-



Oliveira do Bairro assembleia municipal

lhes pouco abrangente, com insuficiente articulação, nos princípios e nos deveres e fundamentalmente de nele não constar a “Aplicação e Sanções por incumprimento”, não constando em anexo os registos de ofertas de bens materiais, o registo de ofertas dirigidas ao Município e a declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa.

----- Apelou que a Câmara Municipal também tivesse em consideração os normativos legais, tidos em atenção pelos outros Municípios do País.-----

----- Questionou ainda qual tinha sido o departamento ou o jurista que tinha elaborado o Código de Conduta da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.-----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia que pretendessem usar da palavra para procederem à sua inscrição, tendo sido dado o uso da palavra aos mesmos;-----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – agradeceu a informação dada pelo Membro da Assembleia Acácio Oliveira, confirmando que os Códigos de Conduta já existiam em muitos Municípios há muitos anos e o que vinha agora a ser alterado era a alteração da própria Lei. -----

----- Recordou que a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal do presente mandato tinha sido precisamente sobre ética e conduta na política, tendo falado nos princípios da persecução de interesses públicos, da legalidade, da justiça, da imparcialidade, da igualdade, da proporcionalidade, da cooperação e boa fé, da informação, da integridade, da competência, da responsabilidade que constituem a matriz da Administração Pública, que a política do Concelho de Oliveira do Bairro, carecia muito.-----

----- Afirmou que nessa altura já indiciava a criação de um Código de Conduta e Ética que restringisse bastante a forma como se fazia política em Portugal e nomeadamente no Município de Oliveira do Bairro.-----

----- Referiu que a Lei n. º52/2019 de 31 de julho, tinha vindo a alterar uma série de situações, acabando com a situação do “*familygate*” e alterar um problema existente que era “*jobs for the*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

boys” e que, entretanto, passou a ser “*money for the boys*”, existindo alguns contratos de avença com essa situação. -----

----- Esclareceu que a referida lei no seu artigo 19.º obrigava à elaboração e aprovação de Código de Conduta e Ética, pelos órgãos das Autarquias Locais, devendo ser tido em atenção o quadro restritivo que iria afastar dos órgãos políticos do município, por exemplo, os donos da empresa “*Malmequer*” e “*Verum Dream*”, que tinham sido candidatos a Vereadores nas últimas eleições autárquicas, docentes das AECS e da Universidade Sénior, como era o caso do Presidente da Assembleia. Acrescentou que fazia sentido que o Presidente da Câmara, solicitar um parecer sobre o Chefe de Gabinete, se poderia ser ou não, também Membro da Assembleia Municipal. -----

----- Referiu que a presente Lei tinha entrado em vigor no primeiro dia da Assembleia Legislativa, era bastante recente e fazia sentido que o Presidente da Câmara, para salvaguardar as decisões que fossem tomadas, solicitasse um parecer. -----

----- Afirmou que a Lei que obriga à elaboração do Código de Conduta, era um primeiro passo importantíssimo para a transparência, contudo o combate contra o “*Money for the boys*”, que era o que se verificava na atualidade, com valores avultados em avenças, tinha que ser um combate diário, sendo o princípio da corrupção que existia nas Autarquias Locais. -----

----- Informou que era totalmente favorável à proposta apresentada relativa à elaboração do Código de Conduta e de Ética, tendo que ficar bem plasmado todos os impedimentos e todas as impossibilidades possíveis, para acabar com a pouca vergonha que se tem passado nos Municípios em Portugal de contratações de empresas formadas poucos meses antes, a pagar milhares de euros para produzirem zero. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões suscitadas, se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** –



Oliveira do Bairro assembleia municipal

esclareceu que o Código de Conduta da Câmara Municipal tinha sido elaborados pelos serviços do Município, antes de ser elaborado tinha sido pedido um parecer à CCDRC, o Código de Conduta foi elaborado segundo as regras que a CCDRC esclareceu. Informou que tinha informação dos serviços jurídicos municipais, que em seguida faltava aprovar um regulamento que venha definir alguns dos princípios norteadores. -----

----- Referiu que todos os procedimentos estavam a ser seguidos, para que todos fiquem salvaguardados de todas as dúvidas que possam surgir. Informou que algumas das circunstâncias referidas, também tinham sido levantadas em reunião de Câmara, foram esclarecidas de imediato. -----

----- Reiterou que o processo não estava ainda completo, estando o gabinete jurídico do Município a proceder aos passos seguintes, para que tudo esteja dentro da legalidade. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Mesa, informou que já tinha dado indicações aos serviços técnicos do Município que ficassem ao dispor da Assembleia Municipal para o que fosse necessário relativamente à elaboração do seu Código de Conduta. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra por vários Membros da Assembleia, tendo-lhes sido concedida; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – esclareceu que quando foi redigida a proposta em causa, ainda não tinha sido publicada a nova Lei, contudo a proposta tinha um sentido lato de que seja elaborado o Código de Conduta no Município de Oliveira do Bairro, mostrando que a Assembleia Municipal dava importância ao assunto, valorizava o esforço que estava a ser feito pela Câmara e era nesse sentido que deveria ser entendida a proposta. -

----- Disse que não fazia sentido estar a alterar a proposta de recomendação. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que a proposta de recomendação tinha os seus objetivos iniciais, contudo, na sua opinião a mesma ficou vazia quando a Câmara Municipal, no âmbito da Lei, aprovou o seu Código de Conduta. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Esclareceu que a Assembleia Municipal teria a oportunidade de criar também o seu Código de Conduta, onde as recomendações e as questões éticas levantadas nas intervenções anteriores poderiam ser tratados na elaboração do Código de Conduta da Assembleia Municipal.

----- Reiterou que a competência da elaboração do Código de Conduta da Câmara Municipal é da própria Câmara tendo sido já aprovado mediante a Lei e a competência da elaboração do Código de Conduta da Assembleia Municipal é da própria Assembleia que poderá ter em conta todas as questões levantadas. -----

----- Afirmou que na sua opinião a presente proposta de recomendação tinha caído como eficácia, a partir do momento em que a Câmara Municipal aprovou o seu código de conduta e por isso não fazia sentido votar a presente proposta. -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – disse que concordava com o que tinha sido dito pelo Membro da Assembleia André Chambel, porque a proposta de recomendação vinha no sentido de ser elaborado um código de conduta para a Câmara Municipal e uma vez que a Câmara Municipal já elaborou o seu código de conduta a proposta de recomendação deixou de fazer sentido. -----

----- Sugeriu que o autor da proposta retirasse a mesma, pois era ineficaz. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – referiu que a síntese das três intervenções anteriores, garantiam por um lado a importância de ser elaborado o código de conduta e ética da Assembleia Municipal, sendo também partilhada essa urgência e importância pela Mesa da Assembleia, mas de facto a presente proposta caía pelo facto de a mesma ser dirigida à Câmara Municipal que por sua vez já elaborou o seu código de conduta. -----

----- Questionou se alguém do Grupo Municipal do UPOB, pretendia tecer algumas palavras sobre o assunto, o que veio a suceder; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse que já tinha sido



Oliveira do Bairro assembleia municipal

explicado porque é que a Bancada do UPOB entendia que a proposta apresentada era mais ampla do que aquilo que tinha sido aprovado em reunião de Câmara. -----

----- Afirmou claramente que não iria retirar a proposta e a mesma teria que ser votada, correndo o risco de não ser aprovada, mas a Mesa não tinha competência para retirar a proposta de recomendação. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – esclareceu que nunca tinha referido que iria retirar a proposta de recomendação, apenas fez uma síntese das três intervenções e de seguida ter questionado o proponente o Grupo Municipal do UPOB, se pretendia alterar a proposta de recomendação, sendo óbvio que a proposta teria que ser votada, com ou sem alterações. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi colocado o presente ponto da Ordem de Trabalhos a votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.3 – Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação ao Executivo Municipal para a Elaboração do Código de Ética e Conduta**, foi **Aprovado por Maioria, com 13 Votos a Favor e 12 Votos Contra**. -----

----- Votos contra, do Grupo Municipal dos Membros do Grupo Municipal do CDS-PP Francisco Martins, André Chambel, Ana Rita Jesus, António Pedro Campos, Luís Carvalho, Gonçalo Roque, João Bastos, Marcos Gala, Marco Alves, Vítor Oliveira e Acílio Ferreira e do Membro do Grupo Municipal do UPOB Manuel Augusto Martins. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Paulo Figueiredo para efetuar a sua declaração e voto, tendo-lhe sido concedida; -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – disse que se estava perante uma proposta de recomendação, cujo espírito visava acima de tudo o combate à corrupção e às más práticas nos Municípios. -----

----- Referiu que apesar do entendimento de que a proposta era ineficaz porque a Câmara



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Municipal já tinha elaborado o seu Código de Conduta, o PSD entendeu votar a favor porque a proposta tinha o mérito de levantar questões muito sérias para a política no País e no Município de Oliveira do Bairro.-----

----- Afirmou que a presente proposta de recomendação já tinha tido o seu mérito pelo debate que a mesma criou e o levantamento de algumas questões essenciais no combate aos males que afligiam as políticas Municipais e por isso entenderam votar favoravelmente, ficando assim o claro apoio do PSD a um código de conduta sério e transparente para todos os munícipes de Oliveira do Bairro.-----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que se estavam a aproximar das vinte e quatro horas, e não estando reunidas as condições para que a Ordem de Trabalhos seja concluída dentro de uma hora, de acordo com o Regimento da Assembleia, propôs que os trabalhos fossem interrompidos e que os mesmos fossem retomados no dia dois de março para a conclusão da Ordem de Trabalhos.-----

----- Questionou os Membros da Assembleia, se se opunham à aprovação em minuta das deliberações tomadas na presente reunião.-----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas na presente reunião relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, nomeadamente; 5.2 – Apreciação e Votação do Voto de Pesar pelo Falecimento do Professor Dr. Milton Costa e 5.3 – Apreciação e Votação da Proposta de Recomendação ao Executivo Municipal para a Elaboração do Código de Ética e Conduta.

----- Assim de acordo com o previsto no Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, os Trabalhos referentes à presente Sessão da Assembleia Municipal de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte foram interrompidos, sendo novamente reatados a dois de março, de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

acordo com o previamente definido na Convocatória da presente reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de fevereiro. -----

----- Aos dois dias do mês de março, do ano de dois mil e vinte, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a segunda Reunião relativa à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do mês de fevereiro, convocada para o dia vinte e sete de fevereiro do corrente ano, cuja Ordem de Trabalhos, já tinha sido previamente distribuída aquando da respetiva Convocatória. -----

----- Os trabalhos foram presididos por **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** e secretariados por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** e **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO**.

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos. -----

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra à Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que fossem verificadas as presenças dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros da Assembleia Municipal, Arsélio Manuel Domingues Canas, Regina Maria da Silva Bicho Alves, Miguel da Silva Oliveira, Acílio Dias Vaz e Gala, Patrícia Sofia Louro Lemos e Cidalina Vieira Samagaio Matos.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** –



Oliveira do Bairro assembleia municipal

informou que os Membros acima identificados, solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente reunião da Sessão da Assembleia Municipal, tendo as mesmas sido consideradas justificadas e a sua substituição pelos elementos seguintes da respetiva Lista, que se encontravam presentes, sendo convidados a participar nos Trabalhos da presente reunião da Sessão da Assembleia Municipal respetivamente, Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo, Gonçalo Roque Batista, Marcos António Pereira Gala, Paulo Miguel Almeida Rato Neves Barata, João Manuel Oliveira Nunes Bastos e Marco Alexandre da Silva Alves.-----

----- Informou ainda que os Membros da Assembleia Carlos Manuel Cura dos Santos, Marco Alexandre da Silva Alves e o Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça Manuel Augustos dos Santos Martins, tinham dado nota à Mesa que chegariam um pouco mais tarde.-----

----- Retomados os trabalhos, deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.4 - Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, nos termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157.º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação.**-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – deu conhecimento que tinha chegado à Mesa da Assembleia uma proposta, subscrita pelos Líderes dos Grupos Municipais da presente Assembleia Municipal, passando a ler a mesma;---

----- *“As bancadas representadas nesta Assembleia, através de entendimento no âmbito da comissão permanente, apresentam como Presidente da Junta candidato ao Conselho Municipal Cinegético Municipal:* -----

----- *Acílio dos Santos Ferreira* -----

----- *Subscritores, os líderes das bancadas.*”-----

----- Não havendo pedidos de intervenção por parte dos Membros da Assembleia, foi a proposta colocada a votação.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Efetuada a votação, verificou-se que a proposta apresentada em que designava o **Presidente da Junta Acílio dos Santos Ferreira para integrar o Conselho Cinegético Municipal** relativamente ao ponto, **5.4 - Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, nos termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157.º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação, foi Aprovada por Unanimidade, com 22 Votos a Favor.** -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.5 - Análise e Votação do Projeto de Regulamento Municipal de atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do ensino superior do concelho de Oliveira do Bairro – Redação Final.**-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – recordou que em segunda reunião da Sessão da Assembleia Municipal de sete de outubro do ano de 2019, foi entregue à Mesa da Assembleia uma proposta de alteração ao Regulamento, subscrita por vários Membros da Assembleia Municipal, tendo esta sido aprovada por unanimidade dos Membros presentes.-----

----- Passou a ler a proposta apresentada;-----

----- “...*Que seja retirado do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, a referência aos Mestrados Integrados, passando apenas a referir-se a Mestrados, atendendo à entrada em vigor do Decreto-Lei 65/2018 de 16 de agosto.*...”-----

----- Esclareceu que da proposta da alteração, não constava quais as normas a alterar à redação final, pelo que, segundo parecer que solicitou e segundo entendimento em sede de Comissão Permanente, não se pode entender que tais alterações constem de documento final aprovado e nesse sentido há a necessidade, não só de aprovar as alterações concretas decorrentes da proposta já aprovada, mas também o documento regulamentar na sua versão final, que tem já integradas essas alterações.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Deu nota da presença nos trabalhos do Membro da Assembleia Carlos Manuel Cura dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça Manuel Augusto dos Santos Martins. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que fizessem a sua inscrição, tendo sido dado de seguida o uso da palavra;-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse não ter nada a objetar à versão final do Regulamento em questão.-----

----- No que diz respeito à forma como foi tramitado todo o processo, disse que os procedimentos deveriam ter sido agilizados de forma diferente, porque na sua opinião tinha sido tempo demais, uma proposta ser apresentada em outubro e a sua aprovação definitiva acontecer só em março do ano seguinte. -----

----- Sugeriu que sempre que houvesse uma proposta de alteração a um Regulamento, por parte da Assembleia, o mesmo desça à Comissão Permanente que encaminha para o Gabinete Jurídico de forma a integrar a proposta e a partir daí o Regulamento venha logo na Sessão da Assembleia Municipal seguinte.-----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que entendia o que tinha sido dito pelo Membro da Assembleia Armando Humberto, contudo aquilo que deveriam pensar quando apresentam alterações a um Regulamento em Assembleia Municipal, as mesmas devem ser bem pensadas e dizer quais as alterações específicas no Regulamento e não no espírito do Regulamento. -----

----- Informou que desde o momento em que um Regulamento começava a ser elaborado ou alterado, até vir à Assembleia Municipal demorava pelo menos seis meses. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Armando Humberto Pinto;

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que acreditava que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

todas as propostas apresentadas pelos Membros da Assembleia eram bem pensadas e não era essa a questão, mas sim a questão processual. -----

----- Sugeriu que quando se fizesse uma proposta de alteração a um Regulamento, em que era proposta alterar cinco ou mais artigos, fazia todo o sentido que os Membros da Assembleia, depois de o Regulamento ir para correção, o voltassem a analisar na sua versão final, com as alterações introduzidas, porque como os Membros da Assembleia não eram profissionais jurídicos, poderia passar alguma coisa na proposta de alteração que tenham feito. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – recordou que no início do presente mandato, tinha sido solicitado pelos Membros da Assembleia Municipal, que os serviços da Assembleia Municipal enviassem aos Membros todos os Regulamentos que entrassem no período de discussão pública, ou seja, todos os Membros tinham um mês e meio para analisarem os Regulamentos antes de virem à Assembleia Municipal para serem aprovados.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que já estava presente nos trabalhos o Membro da Assembleia Marco Alexandre da Silva Alves. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi o ponto colocado a votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.5 - Análise e Votação do Projeto de Regulamento Municipal de atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do ensino superior do concelho de Oliveira do Bairro – Redação Final**, foi **Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor**. -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.6 - Análise e Votação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Oliveira do Bairro**, dando a palavra ao Presidente da Câmara para que procedesse à apresentação do ponto;-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – solicitou autorização para passar a palavra ao Vice-Presidente da Câmara que tinha o Pelouro em questão. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – informou que o que estava a ser alterado no Regulamento em causa, eram ligeiras correções que derivavam de uma sugestão da ERSAR, trazendo assim a alteração da tarifa de disponibilidade, de forma a que seja expressa em euros e por dia, em vez de valor mensal, a tarifa variável ser aplicada face ao volume médio de água consumida e o tarifário social ter a duração de um ano e três anos respetivamente e ser requerido no final de cada período.-----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que fizessem a sua inscrição, tendo sido dado de seguida o uso da palavra;-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – começou por dizer que este era praticamente um não assunto, tal era a insignificância das alterações que foram realizadas.

----- Disse que por aquilo que pode perceber, este regulamento vinha aqui hoje novamente, porque o executivo quis introduzir no regulamento uma cláusula que discriminasse de forma positiva as famílias numerosas, com o simbolismo que tem junto do CDS, não tendo nada contra as famílias numerosas nem contra o incentivo da natalidade.-----

----- Referiu que o Executivo elaborou uma proposta nesse sentido que enviou para análise prévia à ERSAR que é a entidade reguladora do sector dos serviços de águas e resíduos. No entanto, a resposta da ERSAR foi que tal não seria possível porque a tarifa variável não se encontra definida por escalões. Mas acessoriamente a este parecer a mesma entidade fez dois reparos ao regulamento em vigor, nomeadamente que a tarifa de disponibilidade deveria ser expressa em euros por dia, e não em euros por mês, outro reparo foi relativo ao cálculo da tarifa a aplicar aos utilizadores sem consumo de água.-----

----- Afirmou que face a isto o Executivo deixou cair a sua intenção relativa à discriminação



Oliveira do Bairro assembleia municipal

positiva para as famílias numerosas e entendeu por bem, corrigir o regulamento em vigor incorporando as recomendações da ERSAR, nada de mal com isto, mas verdadeiramente substantivamente isto é praticamente nada. E é até estranho que a ERSAR não tenha feito esses mesmos reparos aquando da aprovação do regulamento inicial, que foi aprovado na última reunião do anterior Executivo, pois estes artigos que agora eram sugeridos para alteração já lá estavam.-----

----- Acrescentou que para além dos detalhes processuais, havia de facto algo de materialmente muito relevante, que era o facto de todos termos que mudar de hábitos no que diz respeito à quantidade de lixo que se produz, a forma como se faz a separação do mesmo e à forma como é depositado para recolha.-----

----- Afirmou que o regulamento tinha um conjunto de boas práticas, mas era importante que essas fossem do conhecimento da população em geral. Sugeriu que se pensasse numa campanha de divulgação dessas mesmas boas práticas, relativamente aquilo que se pode ou não pode colocar nos contentores, e relativamente à forma como o lixo deve ser depositado nos contentores, fazendo por exemplo um desdobrável ilustrativo e de fácil leitura e distribuído por todas as casas do Concelho, porque de facto isso é que era relevante. Afirmou ainda que mais do que haver um regulamento cheio de boas intenções era importante que as pessoas o conhecessem e o cumprissem, e acreditava que muitas vezes não acontecia por desconhecimento.-----

----- Sugeriu também que deveria haver soluções para oferecer às pessoas, e uma coisa que o preocupava eram os resíduos resultantes de pequenas reparações, meia dúzia de tijoleiras, meia dúzia de cacos ou de tijolos, as pessoas não sabem o que fazer com estes resíduos, e a verdade é que muitas vezes elas acabam por aí espalhados pelos pinhais, é preciso aqui também ter uma ação pedagógica por um lado informando as pessoas daquilo que devem fazer e por outro dando soluções às pessoas. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Disse saber que para obras havia um procedimento que estava definido com entidades que fazem a recolha, mas aquilo a que se referia não eram propriamente obras, mas sim os pequenos biscates, a pequena bricolagem, que as pessoas vão fazendo nas suas casas, e para esses pequenos resíduos também era preciso encontrar respostas e a Câmara poderia ter um local de depósito desses resíduos, por exemplo até cinco quilos as pessoas poderiam deixar. --

----- Afirmou que a questão ambiental era cada vez mais importante e continuava-se a cometer muitos atentados e grande parte deles era por desconhecimento das pessoas. -----

----- Foi dado de seguida o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas;-----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – disse concordar que este era quase um não assunto, porque se tratava de questões de pormenor. Confirmou que a sugestão do Executivo relativamente às famílias não tinha sido aceite pela ERSAR e na resposta a entidade enviou as sugestões, que curiosamente não surgiam no parecer anterior. -----

----- Informou que sobre a questão das pequenas bricolagens, a solução estava prevista e a Câmara Municipal ou a Luságua fazia a recolha desses resíduos, desde que as pessoas comuniquem essa necessidade. -----

----- Sobre o facto de as pessoas terem desconhecimento, disse concordar parcialmente, contudo, infelizmente do que via no dia a dia, pessoas com menos habilitações académicas a fazerem a seleção dos lixos e as pessoas com mais habilitações académicas a misturarem tudo e a não respeitarem as regras, por isso mais do que conhecimento existia um problema de civismo. -----

----- Disse que a sugestão deixada de divulgação, fazia todo o sentido porque cada vez mais havia a necessidade de informar a população e insistir para que as pessoas pratiquem as boas práticas. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos colocado



Oliveira do Bairro assembleia municipal

à votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.6 - Análise e Votação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Oliveira do Bairro**, foi **Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor**.-----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.7 - Apreciação dos Relatórios Anuais dos Conselhos e Comissões do Município, referentes ao ano de 2019**, dando o uso da palavra ao Presidente da Câmara para proceder à apresentação do ponto.

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – informou que iria fazer uma apresentação de todos os relatórios e posteriormente estaria disponível para prestar esclarecimentos, que entendessem por necessários em cada um dos pontos. -----

----- Disse que se tinha tentado evidenciar aquilo que lhes parecia mais relevante em cada um dos relatórios. -----

----- Reportando-se à Comissão Municipal de Proteção Civil, disse que tinha havido a preocupação de se fazer as devidas atualizações e atendendo às constantes alterações e novos problemas que estavam a surgir, nomeadamente com epidemias, as intervenções com os problemas climáticos que cada vez mais assolavam o Concelho, tornou-se importante fazer-se um ponto de situação. -----

----- Informou que iriam ser feitas algumas alterações, na consequência da descentralização de competências para o Município. -----

----- No que diz respeito ao Conselho Municipal de Educação, recordou que tinha sido um ano cheio de grandes decisões, acreditando que todos estavam a par do que foi acontecendo.-

----- Quanto ao Conselho Municipal de Segurança disse que o referido Conselho estava a ter um papel muito importante na tomada de decisão, sobre modificações de trânsito e não só.-



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Informou que o Conselho Municipal de Segurança, tinha sido um dos mais difíceis de constituir, andando muitos meses para conseguir que alguns Membros viessem tomar posse. --

----- Afirmou que os Membros representantes das forças de segurança, têm tido um contributo grande no referido Conselho, têm-se deslocado aos locais juntamente com os técnicos municipais, têm discutido sobre os assuntos e como se podia verificar o trabalho tem vindo a ser apresentado em Assembleia Municipal, quando vinha para aprovação as alterações de trânsito e colocação de sinalização nos arruamentos do Concelho. -----

----- Sobre a Comissão Municipal de Defesa da Floresta referiu que também tem tido um papel relevante, essencialmente em alguns projetos que estavam em desenvolvimento. -----

----- Relativamente ao Conselho Cinegético Municipal, referiu que face às constantes mudanças climáticas sentidas, a flora e a fauna também estavam a mudar era necessário que essas questões fossem abordadas.-----

----- Acrescentou que também tinha alterado substancialmente a gestão das faixas de combustível, tornando-se também importante verificar se não se estaria a prejudicar o ecossistema e se não terão que ser tomadas algumas medidas relevantes.-----

----- No que diz respeito ao Conselho Municipal de Juventude, disse que todos poderiam verificar, através do relatório a dinâmica das reuniões que têm tido lugar e o que tem sido realizado. -----

----- Finalmente e no que diz respeito à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens disse que através do relatório poderiam verificar o trabalho realizado, tendo sido inaugurado um novo espaço, na semana anterior, para a conjugação de três serviços que eram entendidos como pertinentes. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – esclareceu que em reunião da Comissão Permanente, tinha sido entendimento dos líderes de bancada, fazer-se a discussão do assunto, por pontos distintos e assim solicitou a inscrição dos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Membros que pretendessem intervir em cada subponto, que se seguem, sendo dado o uso da palavra aos mesmos; -----

----- **5.7.1 - Comissão Municipal de Proteção Civil;** -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve; -----

----- “*Senhor Presidente da Câmara Municipal, esta Comissão, reuniu uma única vez, que foi no dia 19 de fevereiro de 2019, entretanto a Presidência do Conselho de Ministros, publicou no Diário da República n.º 64 /2019, I Série de 01.04.2019 o Decreto-Lei n-º 44/2019, o qual veio por em prática uma transferência de competências, quanto à proteção civil, tal como está previsto na lei, sendo alterada a lei que determina a organização dos serviços municipais de proteção civil no âmbito municipal, senão vejamos:* -----

----- *Neste Decreto-Lei são reforçadas as competências dos órgãos municipais na área da proteção civil, passando a ter competências para aprovar os planos municipais de emergência de proteção civil, bem como para assegurar o funcionamento do centro de coordenação operacional municipal, assim;*-----

----- *A proteção civil municipal tem como objetivo planear soluções de emergência para diversas situações, tais como: salvamento, evacuação, alojamento e abastecimento das populações, incluindo a realização de simulacros.*-----

----- *Em cada município tem de existir um plano municipal de emergência de proteção civil para enfrentar as situações de emergência de cada território, plano que já existe, mas não adaptado ao Decreto-Lei em causa.* -----

----- *O serviço municipal de proteção civil (SMPC) é responsável:*-----

----- *Pela prevenção e avaliação dos riscos;* -----

----- *Pelo planeamento e apoio das operações;* -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Pela sensibilização da população e apoio às vítimas das catástrofes* -----

----- *A comissão municipal de proteção civil (CMPC) tem competências para:* -----

----- *Elaborar planos municipais de emergência de proteção civil;* -----

----- *Fazer comunicados e avisos às populações.* -----

----- *A câmara municipal tem competências para:* -----

----- *Elaborar o plano municipal de emergência e proteção civil e acompanhar a sua execução;* -----

----- *Dar o seu parecer quanto ao estabelecimento de medidas preventivas para a regulação provisória do solo (para evitar que as calamidades se repitam);* -----

----- *Ativar e desativar o plano municipal de emergência e os planos especiais de emergência de proteção civil. Esta competência é exclusiva do Presidente da Câmara.* -----

----- *As juntas de freguesia têm competências para:* -----

----- *Prever e avaliar riscos;* -----

----- *Sensibilizar e informar a população;* -----

----- *Apoiar quando existirem ocorrências.* -----

----- *Em cada município há um Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM). ---*

----- *O CCOM mantém permanente ligação com o comandante operacional distrital. Se houver urgência no socorro, o comandante operacional nacional pode comunicar diretamente com o CCOM.* -----

----- *Em cada município há um coordenador municipal de proteção civil.* -----

----- *Esse coordenador atua exclusivamente no território do município e é competente para:*

----- *Dirigir o SMPC;* -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acompanhar as operações de proteção na área do concelho; -----

----- Elaborar planos de intervenção; -----

----- Convocar e coordenar o CCOM. -----

----- Com o Decreto-Lei 44/2019 de 01.04.2019, Os municípios e as freguesias ganharam mais poder de intervenção na área da proteção civil, nomeadamente no apoio à monitorização e gestão dos riscos, existindo uma melhor adaptação dos serviços à população. -----

----- Senhor Presidente da Câmara o D.L. 44/2019, na sua Norma transitória, diz que os Municípios adaptam os seus serviços ao regime previsto no presente Decreto-Lei no prazo de 180 dias, o qual terminou no dia 28 de Setembro de 2019, a Bancada do UPOB (Movimento Cívico Unidos por Oliveira do Bairro) pergunta ao Sr. Presidente da Câmara e simultaneamente ao Presidente da Comissão Municipal de Proteção Civil, se o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, já foi revisto e em caso negativo quais as razões. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas, se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que aquando do conhecimento da legislação referida, a Comissão reuniu para fazer o trabalho que foi feito. -----

----- Deu nota que quando tinham chegado à conclusão da forma como tinha sido elaborado e sobre a necessidade de adaptações, tinha sido solicitado ao gabinete jurídico municipal se havia necessidade de se fazer ajustamentos ou não ao Plano Municipal de Emergência. A informação dada pelo gabinete jurídico era que não havia necessidade de fazer ajustamentos ao Plano Municipal de Emergência, que o mesmo estava adaptado e preparado, contudo era sua intenção voltar a reunir a Comissão, de forma a ser retomada a discussão, até porque tinham assumido competências nessa área. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que tinha tido o cuidado de referir isso mesmo na sua intervenção inicial. -----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia se pretendiam participar numa segunda ronda de intervenções, tendo-lhes sido dado o uso da palavra.-----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – expôs que a única reunião que a Comissão tinha tido, realizou-se no dia dezanove de fevereiro de 2019 e o Decreto-Lei foi publicado em Diário da República no dia um de abril de 2019, por isso a reunião não aconteceu aquando da publicação do Decreto-Lei, como tinha referido o Presidente da Câmara. -----

----- Mais disse que na reunião de fevereiro tinha sido discutida a necessidade de rever o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, o que demonstrava que nessa altura já era sentida a necessidade de procederem a uma alteração.-----

----- Afirmou que, como não tinha havido mais nenhuma reunião da Comissão e como no relatório também não estava informado se tinha havido revisão ou não ao Plano Municipal de Emergência, questionou se tinha havido ou não revisão. -----

----- Referiu que do que tinha percebido da explicação dada pelo Presidente da Câmara, não houve qualquer revisão ao Plano, entendendo que o que estava para trás da publicação do Decreto-Lei, estava tudo certo, mas na sua opinião não estava tudo certo, porque o Decreto-Lei mexia com todo o funcionamento do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** – disse que entendia a posição do Membro da Assembleia Acácio Oliveira assim como a posição do Presidente da Câmara.-----

----- Referiu que entendia também que deveria haver uma reorganização da Proteção Civil e que o Presidente da Câmara deveria estar atento a essa reorganização. Afirmou que havia bons exemplos de boas práticas em Municípios vizinhos.-----

----- Disse esperar que o Presidente da Câmara apresentasse tão breve quanto possível uma proposta de reformulação da Proteção Civil. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para tecer alguns comentários de assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que, se tinha um parecer técnico do gabinete jurídico que diz que não há a necessidade de se proceder à alteração, confia nesse parecer que datava do final do ano, quando voltou a questionar o gabinete jurídico dessa questão. Esclareceu ainda que, quando a Comissão reuniu em fevereiro já se tinha conhecimento da publicação do Decreto-Lei que iria trazer essas alterações. -----

----- Informou que tem reuniões na Comunidade Intermunicipal onde esses assuntos também eram debatidos e por isso entendeu que deveria reunir a Comissão, para debater a questão das alterações. -----

----- Disse que reconhecia que não tinha conhecimento de tudo, e nessas matérias solicita o apoio ao gabinete jurídico, que era assim que tinha que ser. -----

----- **5.7.2 - Conselho Municipal de Educação;** -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que da leitura que fez ao relatório, verificou que o Conselho tinha reunido três vezes no ano de 2019, tendo sido fornecidas as três atas, resultantes dessas reuniões. -----

----- Disse que verificou que tinham sido abordados, um conjunto de assuntos que também têm sido falados em Assembleia Municipal, nomeadamente a questão do fornecimento das refeições nas escolas e toda a problemática que surgiu à volta dessa questão. -----

----- Referiu que, não querendo que a lei fosse contornada, mas via com bons olhos que fossem as IPSS a continuar a fornecer as refeições nas escolas do Concelho, porque havia uma questão de proximidade, porque preparar as refeições também era um ato de carinho. Acrescentou que todos teriam a ganhar, porque as IPSS também dinamizavam a economia local, trazendo uma cadeia de valor no Concelho. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Sugeriu que a Câmara criasse condições para que as IPSS possam concorrer em pé de igualdade com as empresas para o fornecimento das refeições nas escolas. -----

----- Referiu ainda que verificou a problemática da escassez de funcionários, devido a baixas médicas e a dificuldade em substituir as pessoas no imediato, tendo também tido conhecimento que tinha havido pessoas que foram afetas aos serviços de refeição para substituir a empresa.

----- Deu nota de uma outra questão, que já há vários anos era levantada em Assembleia Municipal, que era a questão dos abrigos para quem espera pelos autocarros, situação que tem sido levantada inclusivamente pelo Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça Manuel Augusto e a resposta era sempre, que os mesmos eram construídos quando as rotas dos autocarros fossem definidas. -----

----- Afirmou que as rotas dos autocarros passam sempre pelos pontos centrais das localidades e por isso era mais do que tempo de se resolver essa questão. -----

----- Fez ainda referência à questão das condições físicas dos pólos escolares, em que num Concelho onde se fabricam telhas, se optou por não colocarem telhas nos polos escolares, o que no seu ponto de vista tinha sido um grande disparate, e atualmente muitos dos polos têm problemas de infiltrações. -----

----- No que diz respeito à Escola Secundária de Oliveira do Bairro, disse ter ficado a saber que de alguma forma tinha havido abertura por parte da Tutela, que se tinha comprometido em suportar as obras até ao valor de dois milhões de euros. Acrescentou que as condições da escola se começavam a aproximar do limite, sendo por isso importante resolver a questão. -----

----- Quanto à revisão da Carta Educativa, disse que como era do conhecimento o documento estava bastante desatualizado, porque quando foi elaborado o contexto era diferente do atual. Recordou que, no ano de 2017 quando se discutiu o Plano Estratégico Educativo, em que foi questionado se estava em condições de ser aprovado em Assembleia Municipal, devido às alterações que existiram, disse ter existido um parecer do gabinete jurídico que dizia que não



Oliveira do Bairro assembleia municipal

era muito importante, seria sim importante para a Carta Educativa que tinha que ser alterada. O facto era que, se estava no ano de 2020 e a Carta Educativa ainda não foi revista e deveria ser uma prioridade. -----

----- Afirmou que se tinha investido muito na educação nos últimos anos, a construção de polos escolares, a requalificação de escolas, o regulamento de bolsas de estudo, o contrato interadministrativo, o IPB e nesse sentido era importante perceber-se qual o impacto que esse investimento tem no Concelho.-----

----- Disse que o Conselho deveria tentar perceber qual era a taxa de abandono escolar por parte das crianças, antes do investimento e depois do investimento, saber se havia uma percentagem de jovens que completam o ensino superior do que existia no passado e no seu entendimento seria útil ter esses dados para se verificar se o investimento na educação no Concelho de Oliveira do Bairro tem os seus frutos.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas, se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – solicitou autorização para passar a palavra à Vereadora do Pelouro Lília Ana Águas, para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- Vereadora do Pelouro **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – relativamente à questão das refeições disse que concordava com o que foi dito pelo Membro da Assembleia Armando Humberto, mas têm que cumprir a Lei. Esclareceu que o concurso tinha sido feito por forma a que as IPSS pudessem concorrer, algumas concorreram, estando o serviço de refeições a ser prestado por empresas e por IPSS do Concelho. -----

----- Afirmou que, não obstante de se ter reclamações de situações que aconteciam pontualmente em algumas escolas, as mesmas também acontecem nas escolas que estão a ser fornecidas pelas IPSS. Deu nota que o Município tinha um técnico que diariamente acompanhava



Oliveira do Bairro assembleia municipal

o fornecimento de refeições, que está presente na escola desde o início da confeção até à conclusão da refeição e as reclamações tanto surgem nos serviços prestados pelas empresas como nos serviços prestados pelas IPSS. -----

----- Disse concordar que para a economia local, seria ideal que as refeições fossem fornecidas pelas IPSS, porque tem trabalhadores do Concelho, a aquisição dos bens para confeção das refeições é feita nos mercados locais, mas não podiam fugir ao que estava estipulado por Lei. -----

----- Quanto às refeições serem confeccionadas com carinho, referiu que as pessoas que estão afetas às empresas, muitas delas são do Concelho e passaram das IPSS para as empresas e acreditava que também o façam com carinho. -----

----- Relativamente às assistentes operacionais, referiu que o rácio estava completamente atingido, tendo mesmo mais colaboradores do que o rácio previa, para além dos CEI,s. Informou que o Município não podia contratar mais ninguém de acordo com o mapa de pessoal do Município e a única solução era através dos contratos a termo resolutivo, contudo o procedimento ainda não estava concluído e por isso não havia reservas em bolsa. -----

----- Afirmou que o Município estava a fazer um esforço acrescido, mediante o que era exigido pela DGEST, que tinha atribuído um rácio de 91 trabalhadores, porque não contabiliza as crianças com necessidades especiais educativas, e o Município tem cerca de 110 trabalhadores afetos ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro. -----

----- Recordou que o Município de Oliveira do Bairro tinha uma escola aberta a ponte do Concelho que era totalmente suportada pela Câmara Municipal e que não entra nas contas da DGEST, estando colocadas 10 assistentes operacionais. -----

----- Sobre a Carta Educativa, disse que sabia que a mesma tinha que ser alterada, entretanto houve alterações ao Decreto-Lei e já tinham solicitado por duas vezes orçamentos para a revisão da Carta Educativa, nomeadamente às Universidades de Coimbra e de Aveiro e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

também a uma entidade privada credenciada para o efeito e não foi obtida qualquer resposta.--

----- Disse esperar que até ao final do mês de maio ou junho, o processo esteja adjudicado para que no início do ano seguinte a Carta Educativa esteja devidamente retificada, contudo estavam dependentes da resposta das entidades a contratar. -----

----- Relativamente ao abandono escolar, informou que o Concelho de Oliveira do Bairro era um dos Concelhos da CIRA que tinha um dos menores índices de abandono escolar. Deu nota que o Concelho também tinha um projeto em execução que era o PIICIE, financiado com três milhões de euros, para todos os Municípios da CIRA e que vinha colmatar as questões do abandono escolar. Informou ainda que o Município de Oliveira do Bairro foi dos que recebeu menos, porque como tinha um índice baixo de abandono escolar, não precisaria de tanto investimento. -----

----- Quanto à questão dos abrigos, disse que era um assunto que estava a ser trabalhado, a reorganização das rotas já estava concluída, foi também definido o número exato de alunos, que diferia do Agrupamento de Escolas e da Câmara Municipal, não obstante de concordar que são necessários os abrigos.-----

----- Disse acreditar, que no início do próximo ano escolar alguns dos abrigos já estejam colocados.-----

----- **5.7.3 - Conselho Municipal de Segurança;** -----

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – começou por dizer que a delegação de competências para as autarquias locais, veio alargar a competência dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade.-----

----- Deu nota que em consequência o Conselho Municipal de Segurança tinha adquirido novas competências, tendo também sofrido alterações na sua composição e funcionamento, passando a ter um Conselho Alargado e um Conselho Restrito. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que o Conselho no ano de 2019 tinha reunido duas vezes, sendo que no ano de 2018 também tinha reunido duas vezes, contudo a Lei previa que o Conselho deveria reunir no mínimo com uma periodicidade trimestral, o que se justificava dada a importância das atuais competências, apelando para que no presente ano o Conselho possa reunir mais vezes.-----

----- Afirmou que no relatório era referido que não havia nenhuma situação preocupante no Concelho, no entanto eram apresentados os mesmos números de registo de violência doméstica, do ano anterior, existindo apenas uma diferença de números entre os postos de Bustos e de Oliveira do Bairro. Acrescentou que o relatório apenas fazia referência aos números, mas não referia as ações a propor e a desenvolver para a prevenção e diminuição desses crimes, sendo um dos objetivos do Conselho Municipal de Segurança.-----

----- Ainda no relatório disse que o mesmo não fazia referência às detenções ocorridas, nomeadamente por excesso de álcool, que correspondiam a cerca de 50% das detenções ocorridas no ano de 2018, não permitindo fazer qualquer avaliação da evolução desses casos, sendo também uma das competências do Conselho no âmbito da segurança rodoviária, promover ações de sensibilização e formação de segurança rodoviária de forma a promover a redução dos problemas ligados ao álcool. -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – entregou a sua intervenção por escrito a qual passo a transcrever;-----

----- *“Todas as Comissões Municipais são importantes no desempenho das suas funções, porém esta, tem competências atribuídas de proteção civil que se deverão revelar adequadas à realidade e dimensão do município, designadamente as seguintes:-----*

----- *Acionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil e acompanhar a sua execução; -----*

----- *Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos; -----*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;* -----

----- *Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;* -----

----- *Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.*-----

----- *Senhor Presidente da Câmara, neste Relatório deveria constar logo no seu início os nomes das pessoas que integram esta Comissão e as entidades que representam.* -----

----- *Reparamos que os dois únicos elementos que interferiram neste relatório foram o Sr. Capitão Cláudio Miguel Rodrigues Lopes, comandante do destacamento Territorial de Anadia e o Sr. Marco Maia, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, todos os restantes elementos que compõem a Comissão ou não intervieram na reunião ou não estiveram presentes, também seria de todo útil essa informação neste relatório, o nome dos presentes nas duas reuniões e o conteúdo das suas intervenções nas mesmas.* -----

----- *Do pouco que nos é dado a saber neste Relatório, podemos destacar que os incêndios urbanos registados foi o maior dos últimos 5 anos (é preocupante);*-----

----- *Os incêndios em transportes rodoviários, também aumentou para quase o dobro dos registados no ano de 2018 (é preocupante);* -----

----- *Os incêndios rurais também aumentaram, mais 36 que no ano anterior (é preocupante);*

----- *Relativamente às Intempéries houve um ligeiro aumento (é preocupante);* -----

----- *Nos acidentes de viação registaram-se mais 26 do que no ano anterior e nos acidentes industriais e tecnológicos mais 2 que no ano anterior (é preocupante).*-----

----- *Para terminar, a bancada do UPOB, deixa aqui um pedido ao Senhor Presidente do Conselho Municipal de Segurança, também Presidente deste executivo, para que de futuro venha*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

a esta Assembleia Municipal um RELATÓRIO circunstanciado, para que o seu conteúdo seja uma mais-valia para todos os deputados desta Assembleia Municipal.”-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas, se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – informou que o Conselho Restrito tinha estado bastante tempo sem funcionar, porque infelizmente dois dos seus elementos não tomavam posse ou porque estavam de férias ou de baixa. Quanto ao Conselho Alargado, à medida que foram tomando posse foi reunindo e tomando as suas decisões, tendo feito as suas reuniões em dois trimestres. -----

----- Referiu que os números que eram explanados no relatório, eram fornecidos pelas forças de segurança e proteção civil do Concelho, contudo se lerem as atas podiam verificar que há muitos mais casos, porque todas as situações eram debatidas abertamente nas reuniões, mas como deviam entender não podiam ser completamente transcritas para as atas. -----

----- Recordou que tinha feito parte de outros Conselhos Municipais de Segurança, por inerência do cargo que ocupava como Presidente da Junta e na altura não havia dados concretos, mas atualmente, estavam presentes nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança técnicos, que dão as suas opiniões e discutem as mesmas com as forças de segurança presentes e dessas discussões é que surgem as tomadas de decisões, sendo um trabalho de equipa. -----

----- Informou que as atas das reuniões estavam ao dispor, para que algum dos Membros da Assembleia, se assim o entender, as possa consultar, estando transcrito nas mesmas as diligências que são efetuadas. -----

----- Foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia, para uma segunda ronda de intervenções; -----

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – disse ter entendido o esclarecimento do Presidente da Câmara, no sentido de que alguns dados não constavam no



relatório, mas o que estava a ser apreciado era o relatório e na sua opinião os mesmos têm uma sequência, e nesse sentido fazem-se comparações com os relatórios apresentados anteriormente.-----

----- Afirmou que se os dados apresentados, nos diversos relatórios, não correspondiam à realidade e não existindo nenhuma violação de proteção e dados, porque se tratava de números, era difícil fazer algum tipo de análise à evolução dos casos e ao trabalho realizado pelo Conselho Municipal de Segurança.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que apenas tinha dado um exemplo, para justificar o facto de o relatório não ser tão descritivo.-----

----- **5.7.4 – Comissão Municipal da Defesa da Floresta;**-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – disse que do que pode verificar através do relatório a Comissão tinha tido uma atividade mais profícua no ano de 2019 comparativamente a outros Conselhos ou Comissões no mesmo ano, que provavelmente se deveu ao facto de a sociedade ainda ter um foco muito importante naquilo que foram as ocorrências no País e no Concelho nos últimos anos, contudo na sua opinião poderia ter sido feito um pouco mais.-----

----- Afirmou que apesar de o foco principal da Comissão ser a defesa da floresta contra incêndios, deveria ter sido dedicada alguma atenção a programas de controlo de pragas e doenças.-----

----- Referiu que o Concelho de Oliveira do Bairro, se localizava sobretudo num território que tinha sido um reservatório da espécie pinheiro bravo, havendo assim alguma responsabilidade, podendo contribuir para o combate a um inimigo, ou agente biótico, dessa espécie o designado “*nemátodo da madeira do pinheiro*”, que tem vindo a diminuir significativamente a população da espécie do pinheiro bravo. Acrescentou que outros agentes bióticos existiam e deveria ser dada alguma atenção.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Disse que outras metas também constituíam a missão da Comissão, que não vinha merecendo a atenção que porventura poderiam merecer, a avaliar pelo relatório enviado, dando o exemplo de algumas dessas missões:-----

----- Identificação de áreas florestais a sujeitar a condicionamento de acesso ou de circulação, em situações climatológicas críticas; -----

----- Execução e cartografia em articulação com outras entidades; -----

----- Colaboração na divulgação do índice de risco de incêndio, de forma bem mais generalizada do que vem sendo feito;-----

----- Afirmou que o que tinha sido feito pela Comissão, era relativamente bom, mas ainda assim, havia um caminho longo até se chegar à excelência. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, que solicitou autorização para passar a palavra ao Vice-Presidente que tinha o Pelouro;-----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – sobre a questão dos inimigos bióticos, deu nota que a CIRA estava a acompanhar o problema e nesse sentido quando forem tomadas medidas seria a nível intermunicipal.-----

----- Relativamente aquilo que poderia ter sido feito, disse que havia sempre coisas que se poderia ter feito, contudo quase tudo o que tinha sido referido, estava a ser tratado, não no âmbito da Comissão da Defesa da Floresta, mas sim no âmbito da revalidação do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios que estaria concluído brevemente.-----

----- Foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia, para uma segunda ronda de intervenções;-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – afirmou que se as medidas estavam a ser pensadas para serem implementadas, como tinha referido o Vice-Presidente, parabenizou o Executivo pelo trabalho que estavam a fazer em defesa de um património riquíssimo existente



Oliveira do Bairro assembleia municipal

no Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- **5.7.5 - Conselho Cinegético Municipal;** -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – referiu que o relatório do Conselho era muito sucinto, revelando que praticamente não tinha tido atividade.-----

----- Disse que o relatório lhe sugeria que estariam a decorrer dificuldades na sua constituição, de um novo Conselho Cinegético, solicitando ao Presidente da Câmara que falasse um pouco mais sobre o Conselho, que tipo de antecedentes referidos no relatório, relativamente a duas entidades, que deveriam constituir o Conselho. -----

----- Referiu que no âmbito da obrigatoriedade de se constituir um novo Conselho, solicitou que fosse esclarecido para quando se previa ter em plenas funções o referido Conselho. -----

----- Afirmou que para o Grupo Municipal UPOB, o Conselho não deveria ser assumido apenas como mera formalidade, uma vez que, a sua atividade a ser regular, muito para além do impacto no ato venatório, poderia também ter impacto na atividade da conservação da fauna existente, podendo contribuir de alguma forma para o desenvolvimento local e na qualidade de vida das populações rurais. Acrescentou que esse impacto poderia resultar da minimização dos danos que algumas espécies cinegéticas podiam provocar nas culturas agrícolas, sabendo todos da importância do setor primário na economia do Concelho. -----

----- Disse que no relatório era referido que o Conselho tinha colaborado na definição de medidas tendentes a minimizar os impactos que atrás referiu, questionando o Presidente da Câmara de que medidas em concreto tinham sido adotadas ou delineadas tendentes a minimizar tais danos. -----

----- Relativamente aos danos causados por espécies cinegéticas nas culturas agrícolas, disse que era do conhecimento geral, particularmente daqueles que tinham alguma ligação com a atividade cinegética, o importante aumento da espécie cinegética do javali, que potencialmente provocava estragos avultados em algumas culturas agrícolas de relevo no Concelho, reiterou a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

questão de que medidas tendentes a diminuir os danos causados por espécies cinegéticas nas culturas agrícolas.-----

----- Apelou que fossem contornadas as potenciais dificuldades, que possam existir na constituição do Conselho Cinegético Municipal, considerando assim a importância que tentou transmitir do seu regular e bom funcionamento.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas, se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que do conhecimento que tem, referido pelos caçadores é que nem os coelhos se vêm para caçarem, demonstrando que o Concelho de Oliveira do Bairro, por várias vicissitudes não tem tido grande quantidade de espécies cinegéticas, com a exceção do javali, que existem em vários locais do Concelho, segundo os relatos que tem ouvido.-----

----- Referiu que devido às novas medidas que estavam a ser tomadas da faixa de proteção e faixa de gestão de combustível, tinham vindo a destruir alguns habitats dessas espécies.-----

----- Deu nota que para além do acompanhamento e apesar de o Conselho não ter reunido, existia no Município um conjunto de pessoas que praticavam o desporto da caça, que têm aconselhado para algumas medidas, junto do gabinete florestal do Município.-----

----- Concordou que pela preservação de algumas espécies, se deve ter algum cuidado no acompanhamento da situação e talvez repovoar, sabendo que as associações ligadas à área o têm feito.-----

----- Deu nota que as dificuldades na constituição do Conselho, passavam um pouco pelos organismos estatais, o ICNF que só para conseguir entrar em contacto, foi necessário falar diretamente com o responsável do organismo, numa outra reunião que se tinha realizado na Universidade de Aveiro, e informar o mesmo que o Município de Oliveira do Bairro pretendia entrar em contacto com alguém para a constituição do Conselho Cinegético Municipal e dessa



Oliveira do Bairro assembleia municipal

forma veio então a designação do representante do ICNF para fazer parte do Conselho Municipal Cinegético. -----

----- Foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia, para uma segunda ronda de intervenções; -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – disse que não desvalorizava de forma tão ligeira, os estragos causados por espécies cinegéticas, como os javalis e os sacas rabos no Concelho de Oliveira do Bairro e falava por experiência própria, tinha também conhecimento de relatos de estragos causados por saca rabos. -----

----- Sugeriu que se ajudasse as associações locais a repovoar a população de coelho bravo, que estava fortemente moribunda e esse repovoamento poderia contribuir para que os restaurantes nos dias de caça servissem um pouco mais de refeições aos caçadores, podendo ser um investimento com retorno para a economia local. -----

----- Foi dado novamente o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que o Membro da Assembleia José Carvalheira, não deve ter ouvido quando referiu que a associação local, ligada à caça fazia repovoamentos regulares de coelhos. -----

----- Informou que a associação em causa, utilizava terrenos municipais, cedidos pelo Município que está sempre disponível para essa questão. -----

----- Disse que também era importante que se soubesse viver num ecossistema, ou então não se sabia e caçavam todas as espécies existentes, sendo importante a existência de um equilíbrio. Recordou que há vinte anos atrás os metros quadrados de terrenos cultivados no Concelho eram bem superiores do que era na atualidade, e os animais precisam de se alimentar causando estragos mais concentrados nos poucos terrenos ainda cultivados. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro José Carvalheira; -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – recordou que tinha questionado o Presidente da Câmara, sobre quais as medidas concretas tinham sido definidas, ou que imaginaram implementar, tendentes à diminuição dos estragos causados por espécies cinegéticas. -----

----- Afirmou que o Presidente de Câmara tinha respondido que não havia caça no Concelho de Oliveira do Bairro e que havia uma ou outra população de javalis e de grosso modo todos entenderam que não havia estragos, pelas palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Recordou que veio novamente reiterar que os estragos existiam e que não eram assim tão singelos, dando exemplos, como quis fazer parecer o Senhor Presidente da Câmara. Finalmente o Presidente da Câmara concordou que afinal havia estragos e que os mesmos deveriam ser aceites pelos proprietários dos terrenos, para que as populações das espécies cinegéticas fossem mais importantes. -----

----- Disse que estava de acordo, e por isso tinha sugerido que a Câmara ajudasse as associações a fazerem a repovoação de algumas espécies, mesmo sabendo que as associações o fazem, porque ao fazerem o repovoamento de espécies pode haver retorno para o Concelho.

----- Foi mais uma vez dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu o esclarecimento prestado pelo Membro da Assembleia José Carvalheira e sugeriu que o mesmo tentasse ter mais conhecimento do trabalho que era feito pelas associações nesse âmbito. - -----

----- **5.7.6 - Conselho Municipal da Juventude;** -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – deu nota que há alguns anos que fazia parte da



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Assembleia Municipal e por inerência também faz parte do Conselho Municipal de Juventude e gradualmente se tem vindo a notar diferenças e melhorias, tendo conseguido ver a evolução do comportamento dos vários Presidentes do CMJ que têm passado.-----

----- Disse que durante as cinco reuniões, que foram realizadas no atual Executivo, se tem ouvido aquilo que os jovens querem numa política de juventude dentro do Concelho. Afirmou que ainda se estava longe do pretendido, tendo a certeza que a Vereadora Susana Martins, Presidente do CMJ, iria fazer o seu trabalho de casa, mas deve fazê-lo juntamente com o conselho consultivo que é o CMJ, devendo retirar daí muitas ideias e opiniões no sentido de melhorar essa área no Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Afirmou que se pretende que a juventude goste de estar no seu Concelho, que vá para as universidades, mas que depois regresse com a possibilidade de terem o seu modo de vida no Concelho que os viu crescer. -----

----- Disse que para terminar iria usar a expressão da Vereadora no final do relatório, que pretendia que a juventude fosse melhor em prol de uma melhor qualidade de vida e dos anseios da Juventude no Município. -----

----- Afirmou que faria parte do CMJ, pretendendo melhorá-lo, dando os seus contributos para que se continue na senda de melhorar e dar credibilidade ao órgão e garantias aos jovens de que um dia podem regressar porque vão encontrar um Concelho próspero e que lhes garante a continuação das suas vidas em Oliveira do Bairro. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para solicitou permissão para passar a palavra à Vereadora Susana Martins, Presidente do CMJ; -----

----- Vereadora **SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS** – começou por agradecer a presença voluntária e dedicada de todos os Membros do Conselho Municipal de Juventude, que fazem o esforço de estarem sempre presentes nas reuniões, dando os seus contributos. -----

----- Concordou que estavam muito longe da perfeição, havendo consciência de que há



Oliveira do Bairro assembleia municipal

muito para fazer. -----

----- Deu nota que havia provas de que ouviam a juventude e as sugestões dadas no CMJ, como a instalação do WIFI na Biblioteca, que já tem tido frutos, pois tem informação que após o horário escolar muitos jovens se deslocam à Biblioteca para fazerem os seus trabalhos e para estudarem, inclusivamente aos sábados. Esclareceu que este anseio, não tinha surgido neste mandato, mas após a leitura de várias atas dos mandatos anteriores verificou-se que era um dos anseios mais solicitados.-----

----- Informou que outro dos anseios era a criação do Cartão Jovem Municipal, em que já se abriu o procedimento para a elaboração do Regulamento do Cartão Jovem, que tinha estado em discussão pública e em breve iriam ter mais novidades. Deu nota que tinha recebido apenas um contributo, apesar de se ter deslocado ao IPB e à Escola Secundária a dar conhecimento da entrada em discussão pública do Regulamento para o Cartão Jovem. -----

----- Disse ter reparado que os jovens não gostavam de participar, gostavam de contestar, mas nada faziam para melhorar. Afirmou que iria continuar a batalhar e ouvi-los.-----

----- Deu nota que os jovens do 10.º ano só tinham aulas da parte da manhã, e o Município criou condições para que tivessem autocarro por forma a poderem ir para casa mais cedo para estudarem, sabendo que havia ainda muito para se fazer. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Paulo Figueiredo; -----

----- **PAULO SÉRGIO REI PARDAL FIGUEIREDO** - disse que não acreditava naquilo que tinha ouvido por parte da Vereadora Susana Martins relativamente aos jovens, sendo mesmo engraçado porque os jovens diziam exatamente o mesmo da Vereadora.-----

----- Afirmou que os jovens tinham uma grande participação associativa no Concelho, que desenvolviam trabalho diariamente no Concelho e agora eram atacados, sendo afirmado que as coisas não funcionavam por culpa dos jovens. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou ainda que a ser como a Vereadora tinha dito que eram os jovens, só tinha que os motivar e se não se sentia capaz de fazer o seu trabalho que entregasse a pasta a outro. ----

----- Foi dado novamente o uso da palavra à Vereadora Susana Martins; -----

----- Vereadora **SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS** – esclareceu que o que quis dizer era que os jovens estavam habituados a que as coisas apareçam feitas e também disse que o trabalho do CMJ era continuar a trabalhar, para que os jovens tenham as melhores condições.-

----- Disse que não podia generalizar, mas das ações que foram realizadas, duas reuniões para o cartão jovem, algo que pediam há algum tempo, a adesão de participação tinha sido muito baixa e a ação de sensibilização para maiores de 18 anos na qual apareceram mais adultos que jovens.-- -----

----- Afirmou que tinha consciência que há participação dos jovens, mas a grande parte não participa, não quer trabalho e o CMJ vai continuar a trabalhar para que grande parte dos jovens tenham uma intervenção direta do que eram as políticas da juventude. -----

----- **5.4.7 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.** -----

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – disse ter verificado com agrado que finalmente estava resolvido o problema da falta de representação, tendo reunido nove vezes. -- -----

----- Fazendo a comparação dos dados com os do ano anterior, verificou um aumento de 18 casos de promoção e proteção, contudo o relatório apresentado não esclarecia a razão do aumento, ficando assim sem saber se o aumento do volume de processos se devia a um aumento das situações de risco, ou se o mesmo se devia a uma atuação mais eficaz por parte da CPCJ na identificação de novos casos. -----

----- Reportando-se ao questionário anexo ao relatório, disse verificar que no seu ponto 4.13 à pergunta colocada sobre as respostas sociais de apoio no Concelho, que estão em falta e que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

estavam na origem do processo de promoção e proteção, a resposta dada pela Comissão era, e passou a citar; -----

----- Falta de Habitação Social no território, falta de resposta de acolhimento para situações de violência doméstica e falta de estruturas de apoio especializado na intervenção junto de agressores. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que essas faltas deveriam ser colmatadas.

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara que solicitou autorização para passar a palavra à Vereador do Pelouro Lília Ana Águas;-----

----- Vereadora **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – relativamente ao número de processos, disse que não era propriamente o número de casos que tinha aumentado, não que os casos de violência tenham aumentado, mas pelo aumento de medidas e do conhecimento dos casos que merecem cuidado. -----

----- Esclareceu que era feito um rastreio e depois encaminhado para a CPCJ, nomeadamente um trabalho muito estreito com o Gabinete de Apoio ao Aluno e do Espaço Mudança que trabalham em articulação com a CPCJ. Disse que também se deveria ter em atenção que havia processos que vinham do tribunal, encaminhados para a CPCJ mas estavam a ser tratados pelo Espaço Mudança. -----

----- Confirmou que o trabalho tem aumentado, tendo a ver com a qualidade dos técnicos.-

----- Relativamente às necessidades, disse que as mesmas têm vindo a ser trabalhadas, quer no âmbito do CLAS, quer no âmbito da CPCJ, quer na Ação Social da Câmara Municipal que recentemente abriu um espaço de apoio à vítima. No que diz respeito à falta de habitação social era efetivamente uma necessidade de há muito tempo, estando a ser feito o plano de intervenção de arrendamento local, no âmbito de uma candidatura. Afirmou que também estavam a trabalhar em parceria com outros Municípios para perceberem se tinham condições para a criação da casa de apoio à vítima de violência doméstica, acreditando que no futuro o Município



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de Oliveira do Bairro será um Município pioneiro nas questões de ação social.-----

----- Deu nota que o Concelho de Oliveira do Bairro tinha um tribunal com competência especializada, que era o tribunal de família e menores, e por isso o Município tinha que estar sempre atento e disponível para receber tudo o que possa servir a população.-----

----- Foi assim concluída o presente ponto da Ordem de Trabalhos e subsequente Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – questionou os Membros da Assembleia, se tinham alguma oposição a que se aprovasse o teor das respetivas deliberações tidas na presente reunião, em minuta.-----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, 5.4 - Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, nos termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação, 5.5 - Análise e Votação do Projeto de Regulamento Municipal de atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do ensino superior do concelho de Oliveira do Bairro – Redação Final e 5.6 - Análise e Votação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Oliveira do Bairro. --

----- Posto isto, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata, que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e outros Membros da Assembleia que o desejem fazer.-----